

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A ATITUDE FRENTE À IMPUNIDADE DO MENOR INFRATOR:
UM ESTUDO COMPARATIVO

FSU
200
PRETO

MIRIAN DE SOUZA RIBEIRO

FGV/ISOP/CPGP

Praia de Botafogo, 190 - sala 1108

Rio de Janeiro - Brasil

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A ATITUDE FRENTE À IMPUNIDADE DO MENOR INFRATOR:
UM ESTUDO COMPARATIVO

por

MIRIAN DE SOUZA RIBEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, Junho de 1986

Aqui é o espaço do discurso personalizado. Afinal fugir à regra, vez por outra, se torna necessário.

É o espaço do afeto e dos momentos de convívio que roubei daqueles que amo.

É, também, a hora de falar a filha, a esposa e a mãe.

Este trabalho é dedicado a meus pais que sempre me ensinaram a lutar por meus ideais e a meu marido e filhos, pelo apoio e a indulgência em dividir com a Psicologia o meu amor.

A G R A D E C I M E N T O S

- A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio, o rientação segura e carinho da Professora ELIDA SIGELMAN. A ela minha eterna gratidão.
- Ao Professor ELIEZER SCHNEIDER, exemplo e presença inspiradora em minha formação, todo o meu afeto.
- Aos Professores LUCIA MONTEIRO FERNANDES e CILIO ROSA ZIVIANI, pelas valiosas sugestões no aspecto metodológico deste estudo.
- Aos Professores MONIQUE ROSE AIMÉE AUGRAS, FRANCO LO PRESTI SEMINÉRIO e KILDA M. MOTTA pela atenção com que sempre me distinguiram.
- Aos colegas FRANCESCA M. BASSANI, YARA S. FARIA, GINA LÚCIA PETRAGLIA e ERICE DA SILVA MIRANDA, pelo apoio e incentivo.
- À Psicóloga e amiga LÉA BORGES SOARES que, com carinho, fez a revisão do trabalho.
- A bibliotecária FLORIPES CASTILHO SALZADO pela ajuda na indicação de textos.
- As ENTIDADES e SUJEITOS que ofereceram prestimosa colaboração a esta pesquisa
- Ao GERSON FERREIRA DA COSTA, que com esmero datilografou o trabalho.

R E S U M O

Este trabalho teve por objetivo um estudo comparativo da atitude frente à impunidade penal do menor infrator, face à crescente criminalidade juvenil e à perspectiva de redução da idade referente a esta prerrogativa penal, com a justificativa de aumentar a responsabilidade social dos jovens.

O trabalho abrange duas partes. Na primeira é analisado o fenômeno da criminalidade, com realce na ilicitude dos jovens, procurando situar seus condicionantes sócio-econômico-culturais e reportando-se, ainda, a estudos empíricos sobre o tema.

Paralelamente, é levado a efeito um estudo de atitudes, embasado no referencial teórico da Sociologia do Conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann.

Serviram como respondentes da escala 120 sujeitos, divididos segundo os atributos de sexo, idade, nível de escolaridade e profissão. As seis categorias profissionais compunham dois amplos grupos: humanistas e não humanistas.

O instrumento, escala de atitude tipo Likert, foi construído e aplicado pela pesquisadora, obedecendo a etapas definidas e tratamentos estatísticos, tendo a forma experimental definitiva contado com 18 proposições. A análise de itens e fidedignidade da escala comprovaram a eficácia do instrumento.

As hipóteses estatísticas levantadas foram testadas a

través da análise da variância (no grupo como um todo) e o teste do qui-quadrado (com os sujeitos já agrupados em humanistas e não humanistas), ambos com nível de significância fixado em 0,05.

Os resultados da análise da variância demonstraram não haver diferenças significativas na atitude, quanto a sexo, idade e nível de escolaridade. Relação significativa foi encontrada entre profissão e a atitude pesquisada.

Pelo teste do qui-quadrado evidenciaram-se diferenças significativas entre humanistas e não humanistas somente em relação ao atributo nível de escolaridade.

S U M M A R Y

The aim of this work was a comparative study of attitudes concerning the penal impunity of the underaged law-breaker, in face of an ever-growing juvenile delinquency and the possibility of inflicting heavier penalty to these underaged criminals, with the justification that this measure will help improve the social responsibility of young people.

This work comprised two parts. In the first part, the phenomenon of criminality was analysed, emphasizing the illegality of young people. The social, economic and cultural conditionings were discussed with reference to empiric studies about the subject.

At the same time, a study of attitudes was put forward based on Peter Berger and Thomas Luckmann's theory about the Sociology of the Knowledge.

A hundred and twenty people have answered the scale divided into the categories of sex, age, schooling level and profession. The six professional groups were formed of humanists and non-humanistics professionals.

The instrument used, a scale of attitude of the type Lickert, was built and applied by the researcher, obeying definite steps and statistic treatments, and its definite experimental form contained eighteen items. The analysis of items and reliability of the scale showed the efficacy of the instrument.

The statistic hypotheses were tested through the analysis of variance (inside the group as a whole) and the qui-square test (with the people already arranged in humanistics and non-humanistics groups), both with the signifying level fixed in 0,05, The output of the analysis of variance have demonstrated that there are no significant differences in attitude as to sex, age and schooling level. A significant relationship was found between profession and the researched attitude.

Through the qui-square test, significant differences were made clear between humanistics and non-humanistics, only in relation to schooling level.

Í N D I C E

Agradecimentos -----	iii
Resumo -----	iv
Summary -----	vii

PÁG

INTRODUÇÃO: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E DELINQUÊNCIA -----	01
CAPÍTULO I: O PROBLEMA -----	09
OBJETIVOS DO ESTUDO -----	15
IMPORTÂNCIA DO ESTUDO -----	15
DELIMITAÇÕES DO ESTUDO -----	16
DEFINIÇÃO DE TERMOS -----	16
CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA -----	19
CAPÍTULO III: REVISÃO DE LITERATURA -----	30
O UNIVERSO SOCIETAL DO MENOR - DELINQUÊNCIA E INFRAÇÃO -----	30
O Contexto Familiar -----	30
O Aprendizado da Ilícitude -----	35
A Política Nacional do Bem-Estar do Menor: qual a distância entre o "enunciado" e o "realizado"-----	41
Mas, enfim, o que é ser "Menor Infrator" -----	52
ESTUDOS EMPÍRICOS -----	55

	<u>PÁG</u>
CAPÍTULO IV: METODOLOGIA -----	62
SUJEITOS -----	62
HIPÓTESES -----	64
INSTRUMENTOS -----	65
PROCEDIMENTOS -----	65
APURAÇÃO DOS RESULTADOS -----	66
TRATAMENTOS ESTATÍSTICOS DOS DADOS -----	67
CAPÍTULO V: RESULTADOS -----	69
APRESENTAÇÃO -----	69
DISCUSSÃO -----	75
ANALOGIAS E DIVERGÊNCIAS -----	77
CAPÍTULO VI: INTERPRETAÇÃO E CONCLUSÕES -----	79
INTERPRETAÇÃO -----	79
CONCLUSÕES -----	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	84
BIBLIOGRAFIA -----	88
ANEXOS -----	91
1 - -----	92
2 - -----	93
2.1 - -----	97
2.2 - -----	99
2.3 - -----	103
2.4 - -----	105
3 - -----	109

UMA NOTA INTRODUTÓRIA

Neste início cabe registrar ter este trabalho cunho pessoal e egoístico.

A fonte geradora de minha preocupação com o menor o-correu em setembro de 1981, quando fui atacada por um menino, numa rua desta "Cidade Maravilhosa". Na ocasião, dirigia-me ao trabalho e o menor agrediu-me, puxando, em seguida, um colar de ouro do qual pendia um enfeite representativo de meus filhos (dois bonequinhos) e presente dos mesmos pelo "Dia das Mães".

Meus filhos Eis aí o início de tudo ... Filhos que estavam em casa, depois de um dia de aula em bom colégio, sau-dáveis, bem alimentados e amados.

Susto, raiva e aniquilamento dominaram os primeiros momentos, seguindo-se um sentimento mais forte e avassalador: a impotência.

Sim, eu perdera a lembrança. Mas, o que perdera aque-le menor?

Se eu não tinha mais o símbolo do amor filial, tinha, ainda, meus filhos. Filhos concebidos, gerados e criados com amor, no seio de uma família estruturada, aos quais foram dadas condições de vida pelo menos razoáveis, a nível sócio-econômico e afetivo-cognitivo, para uma infância regular e feliz.

E aquele menor, o que tivera ele? E o quanto eu era também responsável por suas carências, seu abandono e o desespe-

ro que o levaram à ilicitude?

Tentar compreender e levar a público a problemática do menor abandonado que se torna infrator, em nosso contexto social, era algo que se impunha ao meu existir.

Talvez signifique algo "o realizado" ... Talvez não ... Mas, minha consciência pedia e aí está ...

A ele é também dedicado este esforço. Que pelo menos sirva de alerta, para que num futuro, que espero próximo, não existam nas ruas "meninos abandonados e sem amor que puxem colas"...

I N T R O D U Ç Ã O

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E DELINQUÊNCIA

O fenômeno da violência constitui-se uma constante em quase todos os grupos sociais. Contudo, nas sociedades desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento ela assume, nos tempos atuais, proporções alarmantes.

Em suas variadas formas, ela impregna-se com tal intensidade na realidade urbana cotidiana que é tema de questionamentos e estudos multidisciplinares. Porém, a violência não é privilégio contemporâneo, pois em outras épocas esteve, também, presente em muitos agrupamentos humanos.

"A civilização está manchada de guerras de conquistas, guerras coloniais em que se invadia sumariamente territórios estranhos e ocupava-se pela força bruta das armas, impunha-se uma doutrinação, escravizava-se. A história, portanto, é uma constante de violências, mas a violência urbana nos leva a problemas de criminalidade" (Schneider, E, 1982, p. 135).

A violência agudiza-se, agora, face às mudanças nas esferas econômica, política, histórica e cultural. Como afirma Padilha (1970),

"a violência é contemporânea do homem. Participa ao longo da história como parte integrante do processo político, das relações interpessoais, na vida coletiva e individual. Seja, pois, no plano político-social ou no domínio pessoal ela nasce e floresce da intolerância humana e mutações sócio-econômico-culturais" (p. 107)

Das inúmeras tentativas para distinguir a agressão da violência, salienta-se a noção de que enquanto aquela constitui-se impulso natural do homem como ser vivo, não lhe sendo exclusiva, esta, pelo seu caráter racional e voluntário, é seu apanágio; podendo manifestar-se em variadas nuances: física, moral, psíquica etc. Neste sentido, o conceito de violência somente se explicita a nível humano, atingindo expressões incompatíveis com a racionalidade.

Diversas teorias tentam explicar o comportamento agressivo de caráter voluntário, ora defendendo a abordagem genética pela qual os homens são inatamente violentos, ora enfocando o modelo do "padrão cultural" de Sipes pelo qual o comportamento agressivo individual é aprendido culturalmente.

Ressalte-se que o instinto agressivo, quando controlado, foi através dos tempos, fator a determinar a sobrevivência e o desenvolvimento humano, por constituir-se mecanismo biológico e psíquico de adaptação.

Para a maioria dos etólogos, a agressão destruidora, sob forma de violência, é antes uma falha no funcionamento instintivo, não no próprio instinto. Em verdade, como afirma Lorenz (1973),

"certas normas de comportamento extremamente complexas como o amor, a amizade, o ciúme etc, têm determinadas funções em favor da conservação da espécie e não existiriam sem a agressão" (p. 227).

A violência atenta contra a dignidade humana por der-

rubar os princípios ético-morais que são seu respaldo. Ela

"ameaça, maltrata e destrói o nosso próximo que apresenta características semelhantes às nossas e possui, portanto, em princípio, os mesmos direitos. A violência transforma-o em objeto e meio, ofende-o, rebaixa-o e submete-o a todas as formas de desumanidade" (Hacker, 1973, p. 22).

Onde reinam as desigualdades e injustiças sociais em suas complexas formas, a violência está presente como marca singular. O que se observa é que o desenvolvimento e o avanço tecnológico ao invés de serem colocados a serviço do bem-estar humano, antes se transformam em exacerbadores do egoísmo, da desonestidade, da luta pelo poder e riqueza, enfim da subversão de todos os valores que devem dirigir a conduta humana.

Na busca dos determinantes, imperativos da violência, as abordagens embasadas puramente a nível psicológico, como as noções de instintos inatos ou mecanismos contra sentimentos de inferioridade, não são capazes de explicá-la na íntegra. É antes a nível das contemporâneas injunções sócio-econômicas e suas consequências psicológicas, seja no plano individual ou coletivo, que se deve buscar entendê-la em suas origens e manifestações explícitas.

Como forma anômica de comportamento, a violência deve ser analisada através do binômio - indivíduo x sociedade - ou seja, pelo prisma bio-psico-sociológico.

O comportamento humano é moldado através do processo de socialização, definido como

"a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela" (Berger e Luckmann, 1983, p. 175).

Os sociólogos Parsons e Bales (Apud Macedo, 1966), falam de

"interiorização através da aprendizagem dos padrões da cultura da sociedade a que o indivíduo pertence" (p. 122).

Sob o prisma psicológico, as pautas de comportamento são condicionadas pela interiorização de normas e papéis que são aprendidos com as pessoas significativas. O certo é que

"o homem é, entre todos os animais, o único que só se completa através da cultura. É essa que imprime características altamente específicas ao seu referencial comportamental" (Geertz, 1978, p. 61 e ss).

O processo socializante é, em síntese, a aprendizagem dos padrões culturais da sociedade de pertencimento. O modo pelo qual se realiza e na medida em que satisfaça necessidades básicas, sejam elas biopsicológicas ou sociais, engendra um referencial de conduta aceito ou não pelo grupo social. No último caso, se tem, como consequência, o desajustamento individual, base psicossocial dos atos anti-sociais da delinquência e criminalidade.

Dado a complexidade organizacional nenhuma sociedade apresenta homogeneidade total. No caso das sociedades estruturadas em classes, a heterogeneidade assume maior extensão que, em decorrência, se reflete nas normas e pautas de conduta, no

referencial axiológico e nos ideais de seus membros.

"Estando presente a mobilidade social os modelos de comportamento variam segundo a mudança de situação sofrida pelos agentes transmissores da cultura" (Macedo, op. cit., p. 125).

Assim é que numa mesma sociedade coexistem grupos heterogêneos, com padrões culturais distintos, plasmando nas novas gerações modelos comportamentais específicos dos quais pode advir o desajustamento à sociedade global.

Aliada a este fato há que se considerar a dinâmica inerente a toda sociedade, responsável por transformações econômicas, políticas e culturais aceleradas, capazes de gerar desorganização social em maior ou menor grau.

"Este é o marco fundamental das sociedades contemporâneas - não a transformação permanente, incessante, mas, precisamente, em revolução vertiginosa" (Ibidem, p. 40).

"A sociedade não é um dado fixo (...) A mudança social, na medida em que se caracteriza por atrasos ou assincronismos, implica uma 'desintegração' ou perda de integração que é perceptível, embora em diferentes sentidos, tanto do ponto de vista da estrutura anterior, como em relação à estrutura futura (desejada ou real) (...) As tensões e os conflitos são decorrentes dos fatores da própria mobilização social" (Cam, 1978, p. 55).

No entender de Rosa (1966),

"a desorganização social implica na rutura das relações funcionais entre os componentes do grupo, interferindo na realização de tarefas aceitas dentro do quadro de organização social. Os padrões e mecanismos das relações humanas intergrupais apresenta-se per

turbado; fazendo com que o cumprimento das funções sociais se apresente incompleto e comumente desviado dos fins estabelecidos pelo complexo do grupo" (p.30/31).

Nas sociedades industriais da atualidade, dominadas por intensas mudanças em todos os campos da atividade humana, abundam fatores geradores de tensões internas, estando, assim, em permanente estado de reformulações essenciais e certa desorganização social parcial, o que não implica uma situação de agudo esfacelamento das instituições básicas, de completa desorganização com facetas patológicas e insolúveis. Apesar disto, vislumbram-se exemplos de "desarmonia interna que afeta os mecanismos de organização econômica, o sistema político e a ordem ética em geral. Essa desarmonia interna se manifesta em variados conflitos de maior ou menor profundidade e extensão que afeta grupos de interesse, classes sócio-econômicas, grupos raciais e culturais". (Ibidem, p.36/37)

Ocorre que as sociedades industriais têm, como característica precípua, o avanço tecnológico.

"A nova ordem técnica introduz mudanças sociais na cultura material que não se fazem acompanhar de mudanças sociais no campo da cultura imaterial. Embora tal disparidade no índice de mudança entre a cultura material e imaterial não produza ruturas no complexo social, contém, em si, elemento desintegrador das expressões culturais que lhes perturba o equilíbrio" (Ibidem, p. 41).

Os homens, hoje, estão de tal modo envolvidos com o aparato tecnológico, tão seduzidos pelos seus benefícios que o colocam em lugar de destaque; conferindo-lhe uma primazia a ofuscar o fim último de todas as coisas que deve ser o próprio

homem. A técnica deve ser encarada como meio de aprimorar as condições materiais de vida pelo desenvolvimento que traz a vários setores do saber. O homem é que deturpa seu uso; determinando, via de regra, menos benefícios que prejuízos.

"Salta aos olhos a situação em que se encontra o homem moderno, vítima de uma terrível alienação (...) A mecanização, a automação, as redes de computadores, tudo isso leva o homem a se sentir vigiado, despido e controlado, transformando as cidades em grandes formigueiros. É extremamente lamentável que a complexidade da civilização ocidental tenda a produzir o homem coletivo de preferência ao homem indivíduo" (Ferreira, J. 1975, p. 57).

"Desenvolvimento tecnológico não é, obrigatoriamente, progresso, uma vez que este supõe, além das condições materiais, outras, sobretudo de natureza ética. A técnica acima dos valores humanos é uma maneira anômala de focalizá-la" (Macedo, op. cit., p. 44/46).

A par disto, o próprio avanço tecnológico não ocorre isoladamente. Implica, antes, em mudanças na estrutura sócio-econômica, no complexo cultural e no sistema político que podem abarcar, em seu bojo, mecanismos desagregadores; levando à agudização das tensões e conflitos psicológicos pela mobilidade social, alterações de "status" e papéis sociais, perda de prestígio etc.

De especial realce é a desorganização econômica e seus reflexos em termos de desajustes sociais e pessoais. Intensas modificações neste campo conduzem à marginalização de grupos sociais que se vêem envolvidos no pauperismo, no desemprego ou subemprego, em precárias condições de moradia, saneamento básico, saúde, educação e lazer; enfim, em condições de vida que chegam a ser desumanas.

Não é surpreendente que surjam os desajustes psicológicos, formas de conduta desviantes como meio de sobrevivência, dissociação dos vínculos afetivo-familiares, perda de auto-estima, subversão de valores, inconformismo, revolta e violência.

Não cabem, aqui, reflexões intensas no que tange à conceituação de criminalidade, nem tampouco à discussão sobre a relatividade espaço-temporal do comportamento criminoso. Importa antes que a

"noção de crime subordina-se, sempre, aos paradigmas do que seja comportamento normal e conveniente a um agrupamento social. Neste sentido, o crime tem como denominador comum a conduta antisocial em grau acentuado, contrária às normas internas da sociedade" (Rosa, op. cit., p. 119).

"O crime, em verdade, é produto sócio-cultural. Não apenas porque só pode ser entendido contra o 'pano de fundo' do comportamento normal ou aceito pela sociedade, mas, ainda, porque os principais elementos condicionantes de seu aparecimento são sociais, decorrendo de realidades culturais (Ibidem, p. 122).

Sendo fato patentado que a criminalidade mantém intrínseco vínculo com os fenômenos de desorganização social, maximizados nas sociedades em transição, é nelas que se abre um vasto leque de determinantes criminógenos e delinqüenciais.

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

Se é fato patente que a maioria das sociedades defrontam-se, na contemporaneidade, com uma ordem social plena de contradições, questionamentos, desafios e crises, as maiores indagações referem-se, sem dúvida, a proliferação dos atos violentos e criminosos.

Não é sem sentido afirmar que

"na atualidade nenhuma coletividade escapa ao desejo de elucidar a verdade sobre o crescimento progressivo dos atos de violência (... o que) justifica plenamente seu estudo" (Canestri - Apud Pereira, 1975, p. 21).

No quadro global onde se insere e fundamenta a criminalidade, vale notar os seus meandros, que são a delinquência, a conduta irregular, anti-social e infratora dos jovens, manifesta em formas variadas. Em seu cerne repousam as contradições sociais responsáveis pelas condições miseráveis de vida em certos estratos sociais.

Cada vez mais

"os jovens engrossam o contingente dos criminosos a medida que se processa um crescimento econômico sem as necessárias duplicações do desenvolvimento social. Não só aumenta o número de delinquentes, como também a média de idade tende a baixar" (Rios, 1979, p. 80).

A agudização do fenômeno entre os jovens - os mais atingidos pelas céleres mudanças na sociedade - tem se convertido em foco de preocupação em nosso contexto. Assim é que se esta beleceu como problema cotidiano para a população em geral e, em especial, para profissionais envolvidos com a questão, além de produzir inúmeros estudos em várias áreas do saber científico e em diversas abordagens teóricas e metodológicas.

A maior parte desses trabalhos enfoca os antecedentes psicossociais da ilicitude juvenil, os delitos mais comumente praticados, o processo institucional reintegrador e a vivência dos jovens, seja na sociedade ou nas unidades assistencialistas/correcionais.

No meio sócio-cultural conturbado de nossa sociedade onde impera o crescimento patológico das cidades, situam-se estes jovens, violentados, marginalizados, carentes dos requisitos mínimos necessários à sobrevivência e de uma assistência preventiva adequada (seja ela familiar, educacional, social etc); o que configura uma existência alienizante, base de carências psicológicas, frustrações, conflitos, desajustes e comportamentos desviantes.

A situação familiar de pauperismo, propícia ao desca-so ou abandono dos filhos, a falta de uma base psicológica sólida que torne os pais capazes de contactos afetivos com a prole e o afrouxamento na trama de relações familiares e vicinais não oferece um ambiente social capaz de prover experiências úteis para o desempenho dos papéis sociais futuros, garantir o equilíbrio afetivo para o desenvolvimento psicológico saudável e a

formação da identidade pessoal e auto-conceito adequado.

Além disso, há de se destacar que

"o modelo econômico baseado no consumismo, dentro de nossa sociedade capitalista, exerce, sem dúvida, papel determinante na formação das mentalidades. Valores como possuir bens, posição e prestígio adquirem tal estrutura na escala de valores dos indivíduos que a medida do 'ter' passa a ser a medida do 'ser'. Entretanto, a desigualdade de oportunidades, entre outros aspectos, favorece o crescimento e abundância de alguns e a vida carente de outros. A pressão social tácita se exerce no sentido de as pessoas possuírem cada vez mais, mesmo quando os meios legítimos de atingir estes objetivos estejam fora de alcance" (Castro, 1978, p. 167).

Estudos criminológicos têm demonstrado que

"nas sociedades de consumo são incontáveis os estímulos à criminalidade (...) O ser humano vive sob um constante bombardeio de propaganda de todo tipo, espichando-lhe os sentidos, acentuando-lhe os desejos, criando ilusões e, com isso, exercendo pressões intensas cujas consequências basicamente são econômicas" (Pereira, op. cit., p. 79).

Não é por acaso que a propaganda reveste-se de conotações psicológicas, apelando para motivos humanos como realização pessoal, prestígio, desejo de auto-afirmação e reconhecimento de "status". Até a moda transforma-se em modo de violentar os menos favorecidos e impor superioridade.

Neste panorama, não se torna difícil visualizar o efeito nocivo da propaganda sobre os jovens em formação, incapazes de discernir entre o necessário e útil e o supérfluo, o lícito e o ilícito, o bem e o mal.

Campos (1979), citando a teoria da 'oportunidade diferencial' de Cloward e Ohlin aponta

"a disparidade entre aquilo que os jovens da classe baixa são induzidos a querer e o que, em verdade, lhes é oferecido no contexto social. Aí estaria a fonte dos problemas de adaptação. Tendo interiorizado objetivos societários, mas limitados a consegui-los por vias legítimas sofrem frustrações intensas, cujo resultado é a exploração de alternativas ilegítimas" (p. 43).

Se de um lado nossa sociedade vive o impacto do desenvolvimento tecnológico e algum crescimento econômico, os campos sócio-previdenciário e político não têm apresentado modificações compatíveis. O próprio sistema judiciário, que se propõe a assistir a infância e juventude desfavorecida, apresenta um modelo assistencialista ultrapassado baseado na institucionalização e numa ação mais coercitiva ao invés de preventiva.

A população jovem, diante desta realidade social conturbada, na qual estão presentes e entrelaçam-se normas e valores contraditórios não encontra um referencial sólido de orientação da conduta.

A ordem social estipula o que são os direitos e deveres dos cidadãos, fornecendo a base sobre a qual a ordem jurídica estabelece o que é lícito e ilícito, crime e infração, na trama das relações sociais.

Extrapolando-se estas noções a nível da criminalidade juvenil, fixa-se o conflito entre a necessidade de manutenção da ordem social e o amparo aos jovens em formação, para os quais e

xiste a prerrogativa da impunidade penal, talvez mais uma alternativa a encobrir a incompetência em melhor solucionar a questão.

Cabe pensar, todavia, o quanto estão protegidos pela sociedade os menores em cuja bagagem inclui-se - dados pela própria sociedade - o pauperismo, a fome, a doença, a família sem condições de mantê-los, a perseguição da polícia e a internação em unidades assistencialistas, verdadeiras prisões camufladas.

O problema é antigo, assim como as soluções tentadas. Hoje, mais que competência da esfera jurídica, transforma-se em assunto de todos. Quem já não foi abordado de algum modo por um destes menores, a vender nos sinais de trânsito, a roubar, a trapacear, a pedir, explicitamente, esmola e comida, quando o que pedem, implicitamente, é atenção, amparo e amor.

Quando muito se fala que a impunidade penal obsta a responsabilidade social dos jovens, deve-se pensar que a empreitada de assisti-los é difícil, senão impossível

"num país que se agita sob o impacto gerado pelo desenvolvimento tecnológico, por um lado, e por outro, queda-se, quase indiferente, ao contraste das fortunas afrontosas que se erguem, nem sabemos como, pretendendo a sua coexistência pacífica com a miséria (...) Um país que se debate entre as distorções sócio-econômicas, geradas por esse mesmo desenvolvimento tecnológico e pela explosão demográfica, sem assitir convenientemente o grande percentual da população que se encontra confinada nos meandros das favelas, analfabeta, regra geral, não podendo, assim, obter nada, além de um subemprego, desnutrida, miserável, vendo seus irmãos mirrados pela fome e pela verminose, debatendo-se entre a vida e a morte, numa luta inglória por uma sobre vivência problemática, pode falar, com autoridade moral, em responsabilidade social?" (Paranaguá, 1981, p. 17/18).

Como falar em responsabilidade social a estes jovens que, por seu turno, não a receberam da sociedade. Não se contém com internatos ou qualquer medida repressiva a violência da queles que primeiro foram violentados em seus direitos inalienáveis.

Urge que se busquem alternativas de ação, privilegiando-se menos as medidas repressivas que preventivas. Neste sentido, se faz mister uma conscientização ampla da sociedade, dos órgãos públicos e dos cidadãos, conscientização que deve começar por uma reflexão profunda e um posicionamento frente ao problema.

As famílias pauperizadas devem ser priorizadas nos programas político-sociais, para que em seu seio - verdadeiro lugar da criança - existam condições favoráveis à saúde, à segurança, à experiências de vida úteis e ao equilíbrio emocional do homem em formação.

Os programas preventivo-assistenciais devem visar, ainda, o lazer orientado e a escolarização, pois é necessário, como afirma Olinto (1977)

"esposar-se a idéia de que a base da campanha contra a criminalidade estaria na educação e na iniciação ao trabalho" (p. 64).

OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo específico deste trabalho é um estudo comparativo das atitudes apresentadas pelos cidadãos frente à impunidade penal do menor infrator, a depender do sexo, idade, nível de escolaridade e principalmente profissão.

A concretude da realidade social manifesta-se nas múltiplas relações interpessoais cotidianas. O cotidiano abarca, hoje, entre outros fenômenos sociais, a criminalidade dos menores, o que obriga os indivíduos a um posicionamento pessoal frente à questão.

Conhecer esse posicionamento, como fruto da reflexão conflituosa sobre as injunções psicossociais em que vivem os menores infratores e a prerrogativa de sua impunidade, é o objetivo amplo aqui proposto.

IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Esse estudo focaliza um dos problemas mais urgentes no Brasil atual: o do menor abandonado, carente e marginalizado que, na maioria das vezes, se transforma em infrator.

Num país onde se estima em mais de trinta e cinco milhões a população de jovens em total abandono social, propor uma análise de tal problema torna-se não só importante, como necessário e premente.

Como produto final da situação de alijamento na socie

dade, o menor infrator é colocado numa posição indefinida que vai desde a simples vítima de condições de vida desfavoráveis, a culpado por atos que perturbam o equilíbrio da ordem social.

De um lado, a sociedade os considera ameaça à segurança individual e coletiva, sendo, portanto, necessária sua reeducação. Em outra vertente são vistos sob o prisma de indivíduos em formação, necessitando, por isso, de proteção e assistência.

Quando surge entre as autoridades a perspectiva de pensar em diminuir o limite de idade da impunidade penal, pretendendo, com isso, aumentar a responsabilidade social de tais jovens e, até mesmo, se assiste a depoimentos como os do Governador de São Paulo (Rede Globo - Jornal Nacional - 24/02/86) que declarou ser sua intenção colocar menores infratores em prisões regulares, junto a presos comuns (contrariando a legislação específica - O Código de Menores), cabe repensar o problema. A busca de novos métodos de abordar a questão, de dar assistência à infância e juventude é urgente. Esforços devem ser envidados na busca de estratégias mais eficazes de ação, evitando-se, ainda, decisões precipitadas e errôneas.

DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

Dada a escassa literatura específica sobre o tema no contexto brasileiro e a inadequação em se usar literatura referente à realidades sociais diversas, a pesquisa constituiu-se apenas um estudo exploratório, um caminho inicial, um questionamento a incitar reflexões mais profundas e novos meios de ave-

riguação empírica ou evitar decisões incompatíveis com a solução do problema.

O trabalho limitou-se a um grupo restrito de respondentes, composto de 120 (cento e vinte) pessoas, moradoras na cidade do Rio de Janeiro. A não aleatorização, não inclusão de maior número de categorias profissionais e o instrumento construído pela própria pesquisadora e usado pela primeira vez (notadamente a seleção dos itens por ajuizamento), podem ter constituído limitações em potencial.

DEFINIÇÃO DE TERMOS

- 1) Atitude: "uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto" (Rodrigues, 1971, p. 397).
- 2) Menoridade: faixa etária, estabelecida juridicamente, que, em nosso país, se estende do nascimento até aos dezoito anos de idade.
- 3) Menor infrator: todo indivíduo que esteja na faixa etária da menoridade e que tenha praticado ato caracterizado, juridicamente, como ilícito penal.
- 4) Impunidade penal: prerrogativa prevista na legislação específica - O Código de Menores - para o ilícito penal praticado por indivíduos na faixa de menoridade.

5) Humanistas: indivíduos cuja formação e exercício profissional tem por objeto último o homem e sua vivência psicossocial.

6) Não Humanistas: indivíduos cuja formação e exercício profissional tem por objeto último a manutenção da ordem social sob o respaldo da ordem jurídica.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O enfoque central deste trabalho respalda-se na teorização da Sociologia do Conhecimento, tendo por colocação precípua a noção do homem como ser social.

Neste amplo quadro de referência, procura-se analisar a vivência humana enquanto fruto contínuo de uma dialética social, na qual o homem é levado a interiorizar subjetivamente a objetividade de sua sociedade e, concorrentemente, a adquirir uma identidade singular, capaz de atuar como agente dinamizador/remodelador desta sociedade que o produziu.

Tentar compreender os fundamentos da conduta humana requer analisar o meio social onde a mesma se manifesta. O existir do homem só pode ser compreendido no particular contexto sócio-histórico-cultural que o formou. Sua constante "abertura para o mundo" (1) faz com que só em sociedade alcance toda plenitude humana e seu "eu", experimentado como uma identidade subjetiva e objetivamente coerente, é uma produção que a nível cognoscitivo e emocional, leva à aquisição dos padrões normativos e valorativos do meio social.

Viver em sociedade é participar da realidade da vida cotidiana que

(1) A noção de "abertura para o mundo" é empregada segundo as implicações antropológicas desenvolvidas por Plassner e Gehlen.

"apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente" (Berger e Luckmann, op. cit., p. 35).

A realidade da vida cotidiana apresenta-se aos homens como a realidade por excelência.

"Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles se têm e que se impõem a apreensão de cada indivíduo (...) e além disso esta realidade dominante apresenta-se como um mundo intersubjetivo, um mundo que é partilhado com outros homens" (Ibidem, p. 38/40).

Objetivações, significados da realidade e um acervo social de conhecimentos comuns tornam possível a convivência entre os membros societários.

A realidade da vida cotidiana é sempre apreendida num contínuo de tipificações que de um lado abrangem as interrelações mais íntimas (face a face) e no outro abstrações anônimas, distanciadas do "aqui" e "agora" de cada indivíduo. "A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana" (Ibidem, p. 53).

A inserção do homem no meio social onde nasceu, desenvolve-se através de um processo gradativo e permanente. Esta inserção tem uma sequência temporal, durante a qual ele participa da dialética social, isto é,

"o homem (evidentemente não o homem isolado mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um

sobre o outro (...). A exteriorização e a objetivação são momentos de um processo dialético contínuo (Ibidem, p. 87).

Convém ressaltar que

"a objetividade do mundo institucional, (...) é uma objetividade produzida e construída pelo homem. O processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem o caráter de objetividade é a objetivação" (Loc.cit.).

O terceiro momento da dialética social é a interiorização, na qual o mundo social objetivo é reintroduzido na consciência, no decorrer da socialização.

Ao interiorizar, pelo papel, as normas, valores, atitudes etc. que serão parte integrante de sua identidade e biografia, o mundo adquire para o homem uma subjetividade real.

A família - primeiro grupo de pertencimento - estabelece os paradigmas sociais a serem interiorizados. Pela interiorização - "apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido" (Ibidem, p. 174) - o indivíduo se apossa de um referencial axiológico e padrões de conduta prevaletentes no corpo social.

Do mesmo modo, ele é capaz de compreender a intersubjetividade de seus semelhantes, estabelecendo-se

"um nexó de motivações que se estende para o futuro (...) uma contínua identificação mútua (...) entre os homens que vivem no mesmo mundo e participam cada qual do ser do outro" (Ibidem, p. 175).

Neste nível de interiorização está implícita a possibilidade de ser membro da sociedade e o processo pelo qual isto se realiza, é a socialização que abarca dois níveis: a socialização primária e a secundária.

Através da socialização - contínua inserção do homem em seu meio social - a sociedade imprime modelos de conduta que, sobre a base biopsíquica, constroem a subjetividade de cada indivíduo.

"A formação do eu deve também ser compreendida em relação com o contínuo desenvolvimento orgânico e com o processo social, no qual o ambiente natural e o ambiente humano são mediatizados pelos outros significativos" (Ibidem, p. 73).

A socialização primária processa-se pela identificação com as pessoas que são significativas - pais ou responsáveis. Deste modo, o ser em formação torna-se um real partícipe do social. Selecionando aspectos da estrutura social objetiva e do mundo social objetivo, de acordo com sua própria localização nos mesmos e sua biografia, os mediadores definem o espaço da criança dentro da sociedade. O processo socializante serve, ainda, como transmissor de uma visão específica do mundo social, a ser parte integrante do aparato psicológico individual.

Em situações que envolvem não só aprendizado cognitivo, mas também alto grau de emoção, a criança identifica-se com múltiplos papéis sociais:

"Existe um processo dialético de identificação pelos outros e auto-identificação, de identidade objetiva—

mente dada e subjetivamente apropriada, no qual o indivíduo define sua posição dentro da realidade social" (Ibidem, p. 177).

A identidade é formada por processos sociais, determinados, em sua essência, pela especificidade da estrutura social. Em contrapartida, uma vez cristalizada na consciência individual torna-se capaz de reagir sobre a sociedade. Vê-se, assim, o nexó entre identidade - como realidade psicológica - e a estrutura social.

O acesso ao cabedal social de conhecimentos também influencia a socialização de modo amplo, posto que o acervo de conhecimento disponível na sociedade, a par de alguns elementos comuns, possui especificidades, não distribuídas de modo igualitário entre todos os seus membros. A complexidade da distribuição do conhecimento tem como consequência o surgimento de visões singulares do mundo a serem transmitidas pelos mediadores na socialização. Tal visão incorpora-se à personalidade, em termos de condutas peculiares.

Há de levar-se em conta, ainda, que a ação socializante sofre múltiplas influências da sociedade. Ela própria diferencia, também os conteúdos a serem interiorizados, a depender do sexo e idade da criança.

De modo gradual, papéis e atitudes imprimidos na socialização primária são abstraídos pela criança, generalizando-se para todas as pessoas.

"Esta abstração de papéis e atitudes dos outros significativos concretos é chamada o outro generalizado.

Sua formação na consciência significa que o indivíduo identifica-se agora não somente com os outros concretos, mas com uma generalidade de outros, isto é, com uma sociedade" (Ibidem, p. 178).

Uma vez interiorizado na consciência individual o conceito do "outro generalizado", a criança capacita-se a participar da sociedade, ao mesmo tempo que adquire uma personalidade ímpar e um mundo próprio.

A continuidade da socialização acompanha o processo de formação pessoal e estende-se por toda a vida. A socialização nunca é total e nem está jamais acabada" (Ibidem, p. 184).

O mundo que foi dado a conhecer na socialização primária ganha, na socialização secundária, maior extensão e diversificação. Como processo contínuo amplia o campo de conhecimentos, as habilidades, exigidas para o desempenho de funções específicas e a percepção do contexto institucional que capacitam a maior convivência social com seus semelhantes e a entender melhor sua sociedade.

Em síntese,

"a socialização secundária é a interiorização de submundos institucionais ou baseados em instituições. A extensão e o caráter destes são portanto, determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento" (Ibidem, p. 184/185).

Neste sentido, é válido afirmar-se que diferentes indivíduos apropriam-se, pela socialização secundária, de setores específicos do conhecimento, através da escolarização e forma-

ção profissional. A socialização secundária reforça, ainda, o desempenho dos papéis sociais dependentes do sexo e idade do indivíduo, por meio dos agentes institucionais e grupos de pares; diferenciando os indivíduos no que concerne à sua postura frente à realidade social.

As funções da socialização secundária possuem alto grau de formalismo e anonimato, dado o caráter das relações sociais nela presentes que dispensam a identificação carregada de emoção da socialização primária.

Os conteúdos agora transmitidos possuem, também, menos inevitabilidade que os primeiros elementos interiorizados quando criança. Em decorrência,

"o tom da realidade do conhecimento interiorizado na socialização secundária é mais facilmente posto entre parênteses (isto é, o sentimento subjetivo de que estas interiorizações são reais é mais fugitivo). São necessários graves choques no curso da vida para desintegrar a maciça realidade interiorizada na primeira infância. É preciso muito menos para destruir as realidades interiorizadas mais tarde. Além disso, é relativamente fácil anular a realidade das interiorizações secundárias" (Ibidem, p. 190).

Para que exista pelo menos um nível adequado de simetria entre a realidade objetiva e subjetiva, a sociedade estabelece mecanismos de conservação da realidade que visam minimizar os efeitos dos vários desafios a que estão sujeitos os conteúdos interiorizados subjetivamente, na contínua socialização do homem.

Torna-se, neste ponto, necessário fazer distinção en-

tre a conservação rotineira da realidade, isto é, a que se refere à realidade interiorizada na vida cotidiana e a conservação em situações de crise, conquanto ambas acarretem, em essência, os mesmos processos sociais.

A realidade da vida cotidiana é mantida não só pela rotineidade que lhe é inerente como pela contínua interação social do sujeito com seus semelhantes. Nesta interação ocupam papel de destaque os "outros significativos", visto que são eles, em seus contactos diários e plenos de emotividade, que mais confirmam o elemento precípua da realidade - a identidade pessoal.

As situações de crise, por seu turno, exigem confirmações da realidade mais explícitas e intensas. Via de regra, a própria sociedade institui procedimentos específicos a serem mobilizados nas situações de desafio à realidade socialmente definida.

A relação dialética do homem e sua sociedade implica a possibilidade de transformações recíprocas. O exteriorizar-se do homem na ação cotidiana é fator relevante para transformações da objetividade social obrigando-o à constantes reformulações de sua subjetividade. As transformações ocorrem em graus variados, cabendo realce aos aspectos da socialização secundária que continuam a ser construídos sobre as interiorizações primárias. Pela socialização secundária ocorrem "transformações parciais da realidade subjetiva ou de particulares setores dela" (Ibidem, p. 213).

É nas sociedades modernas que se entrelaçam, mais intensamente, fenômenos sociais como diversificação do conheci-

mento e treinamento profissional, estratificação de classes sociais e mobilidade. Além disto, encontra-se não só ampla gama de possibilidades para modificação de elementos de identidade pessoal, como para incongruências, entre a socialização primária e secundária.

"Em nenhuma sociedade a orientação e a ação na realidade social dependem tão decisivamente da socialização secundária" (Luckmann, Apud Gadamer e Vogler, 1977, p. 142).

A socialização secundária pode levar à interiorizações que reforcem ou acrescentem novos elementos aos anteriormente interiorizados. Contudo, visões contraditórias podem também ser estabelecidas, gerando ambigüidades que, a depender da amplitude e da importância dos elementos dispare, estabelecem situações de crise, para as quais nem a própria sociedade pode ser capaz de oferecer alternativas de solução.

Nas sociedades contemporâneas, é, sem dúvida, a esfera econômica a maior fonte de transformações da realidade social objetiva. Estas transformações estendem seus reflexos à outras esferas da sociedade, criando ambigüidades e conflitos.

Uma maior divisão do trabalho e especialização dos conhecimentos profissionais, nos países desenvolvidos, acabam por estabelecer diferenças agudas de participação no núcleo central da economia, nas benesses decorrentes do desenvolvimento, nas decisões políticas e na teia de relações com a sociedade global, a configurar um quadro de alijamento social de alguns grupos.

Sem que se intente analisar as implicações psicossociais desta vivência marginal, há de destacar que ela representa uma visão subjetiva da realidade social objetiva altamente conflitiva em termos de identidade pessoal e conduta social. De frontando-se, mais agudamente que outros grupos sociais, com padrões sócio-culturais díspares - os interiorizados na socialização primária e os apreendidos posteriormente em contactos com a realidade das classes não marginalizadas - estes indivíduos desenvolvem, em sua vida cotidiana, estratégias de sobrevivência que os incompatibiliza com a realidade socialmente estabelecida. Não é difícil que tais grupos sejam "estigmatizados" (2) na sociedade - e até apreendam o estigma como parte integrante da identidade pessoal - e esta atribuição abarque a noção de "socialização mal sucedida" (3).

Toda sociedade espera de seus membros um grau de socialização que os habilite ao convívio social pleno com outros indivíduos e a contribuir para o bem-estar coletivo e a integração da ordem social. Tal noção não implica completa uniformidade de conduta, nem o conformismo extremo que levam à estagnação social. Algumas reformulações / inovações podem servir como dinamizadoras da realidade social, sendo até incentivadas nas novas gerações, desde que não ameacem a unicidade da ordem social.

Embora o conceito de conduta ameaçatória possua uma va

(2) A noção de estigma, usada neste trabalho, é a proposta por Goffman.

(3) Segundo os autores "certa assimetria entre a realidade social objetiva e a subjetividade com a qual ela é apreendida" (p. 216).

riabilidade espacial, nele está sempre presente a noção de ilicitude e criminalidade, propícias à anomia social.

Os atos ilícitos e/ou criminosos se praticados por adultos são passíveis de sanções definidas juridicamente. O mesmo não se aplica quando praticados por indivíduos na faixa de menoridade, apesar deste conceito também variar a depender da sociedade em questão.

Em nosso contexto, a menoridade estende-se até aos dezoito anos, quando deve ter sido interiorizada, na consciência individual, a responsabilidade social pela conduta pessoal. Antes desta idade, a lei protege o menor outorgando-lhe impunidade penal, fato que abrange, implicitamente, a possibilidade de aprimoramento da socialização e a posterior reintegração ao convívio social.

Num momento em que a sociedade - definidora da construção subjetiva da realidade - pelas discrepâncias nela contidas falha no amparo a sua juventude carente e marginalizada, esta constatação torna-se um elemento de realce na vida cotidiana dos cidadãos e na reflexão que fazem sobre os "imperfeitamente socializados"; podendo caracterizar-se como situação de crise.

Questionamentos são levantados, valorações, normas, diretrizes comportamentais e atitudes tornam-se conflitantes, podendo levar à oposições/contestações e à mobilização de processos psicológicos com intuito de minimizar o conflito e/ou restabelecer a coerência no conjunto de valorações, no referencial atitudinal ou, em síntese, no equilíbrio da personalidade.

CAPÍTULO III

REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo divide-se em duas seções: O Universo Societal do Menor - delinquência e infração e Estudos Empíricos. A primeira compõe-se de quatro subseções onde são analisados o contexto familiar do menor, o aprendizado da elicitude, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a caracterização da noção de menor infrator. A seção relativa aos Estudos Empíricos, focaliza algumas pesquisas relevantes a respeito do tema, em diversas abordagens metodológicas.

O UNIVERSO SOCIETAL DO MENOR - DELINQUÊNCIA E INFRAÇÃO

O Contexto Familiar

O grupo familiar dos "menores em situação irregular" (4) caracteriza-se pela inserção nos estratos inferiores da pirâmide

(4) Pelo Código de Menores a "situação irregular abarca todo aquele:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que, eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-las.
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável.
- III - em perigo moral devido a: a) encontrar-se de modo habitual em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes.
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável.
- V - com desvio de conduta, em virtude de inadaptação familiar ou comunitária.
- VI - autor de infração penal.

de social, provendo sua subsistência em setores não produtivos, de baixa remuneração ou mesmo em serviços temporários e biscoitos, compatíveis com a ausência de qualificação profissional.

Pode-se afirmar que o foco da problemática familiar localiza-se menos na esfera das características psicológicas individuais que na econômica-social. São famílias as quais falta todo um suporte básico para manter-se como "grupo coeso", não só no que diz respeito à manutenção do vínculo afetivo-conjugal (homem-mulher), como na assistência à prole.

Numa permanente luta pela sobrevivência material, obstada pelo baixo nível de escolarização (muitas vezes até analfabetismo) e desqualificação profissional, não causa pasmo que estas famílias acabem por desestruturar-se no plano psicossocial. São comuns o rompimento do laço conjugal, as ausências prolongadas da mãe por motivo de trabalho, novas e repetidas uniões onde passam a coexistir filhos de diferentes pais e filhas com padrastos; o que compõe um painel facilitador da promiscuidade e abandono e um manancial de tensões e do afrouxamento das vinculações afetivo-emocionais, nocivos ao desenvolvimento das potencialidades bio-psicológicas das crianças.

Conforme salienta Gonçalves (1979)

"tais famílias não são em si desintegradas, mas antes apresentam uma estruturação peculiar onde as condições sócio-econômicas deficientes facilitam maiores conflitos, uma rede de relações instável e laços afetivos menos sólidos que propiciam o abandono e internação" (p. 149 e ss).

No caso da mãe permanecer sozinha, deve lutar, com to das as dificuldades inerentes ao seu despreparo, por uma colocação profissional que garanta ao menos as necessidades mínimas de sua manutenção e dos filhos, posto que, na maioria das vezes, o pai não assume a responsabilidade do sustento da prole. O trabalho ausenta de casa esta que ainda pode ser a figura, conquanto tênue, de segurança, afetividade e autoridade.

Os filhos ao abandono fazem da rua seu universo, seja perambulando, procurando suplementar o orçamento doméstico ou mesmo em busca de sua subsistência material. A rua passa a ser, para ele que é o grande excluído, o espaço da inclusão, do pertencimento, do lazer e do grupo de pares, tão necessários ao gregarismo, a identificação e aceitação nesta fase do desenvolvimento psicológico. Mas, a rua é também o espaço do despojamento, do abandono, da malandragem, da indução a atos anti-sociais, da delinquência, da aliciação ao crime e dos primeiros contactos com o ilícito e o aparato policial.

Esta é a realidade de vida que se apresenta preponderantemente ao menor desassistido. Contribuir com uma parcela, mesmo que ínfima, para a sobrevivência da família, cuidando dos irmãos menores e dos afazeres domésticos -- no caso das meninas -- ou com trabalho irregular em vendas ambulantes -- no caso dos meninos.

"A presença do menor na rua está relacionada com as necessidades de sobrevivência familiar e as condições de reprodução da força de trabalho urbano" (Ribeiro, 1977, p.4).

Sob o ponto de vista psicológico, cedo interiorizam o

embate que se trava entre suas necessidades e o meio que lhes é hostil. Deste modo, criam e lançam mão de táticas de conduta específicas, muitas vezes não condizentes com os padrões aceitos pelo corpo social.

"Se estas soluções e estratégias estão ou não próximos do Direito e da Moral, é uma questão que não pode fazer parte do seu universo de preocupação, porque im pediria o desenvolvimento dessa capacidade de sobrevi ver a qualquer custo" (Ferreira, R.M.F., 1980, p. 88).

O menor que, por força das circunstâncias, faz da rua o elo vital entre sobrevivência x participação, encontra-se numa situação caracterizada pelo medo à repressão policial.

"Embora a situação limite à sobrevivência possa causar medo aos menores, gerar insegurança e, até mesmo, ser capaz de conduzi-los à delinquência esses menores são trapaceados a todo instante, sujeitos que estão à exploração e não é de estranhar que se tornem trapaceiros. Trapaceados desde o nascimento, marcados por uma situação de inferioridade face à outras crianças protegidas e assistidas pelo núcleo familiar, desde os primeiros anos de vida já compartilham das soluções para o morar, o consumir e o sobreviver" (Cheniaux, 1982, p. 35).

É inegável ser a família a fonte dos primeiros contac tos afetivos da criança. É ela que garante a apreensão do sentimento de mesmimive, de pertencimento e inclusão. Seja na esfera intelectual ou emocional é a família que atua no sentido de harmonizar o trinômio indivíduo x os outros x a sociedade global.

Ocorre que o grupo familiar destes menores não apresenta condições de uma "socialização" (5) harmônica. Falta-lhe

(5) A noção de socialização, aqui empregada, é concorde com a de Berger e Luckmann

o respaldo mínimo no sentido de prover segurança afetivo-emocional, motivar realizações, favorecer a auto-estima e o processo de busca de identidade. São famílias na qual a carência de recursos financeiros coloca em primeiro plano a sobrevivência individual e, por seu turno, as condições adversas levam os pais a desajustes psicológicos, déficits na saúde física e mental, com profundas repercussões na unidade familiar. São freqüentes a rejeição e a intolerância nos relacionamentos com os filhos. A rejeição provoca sentimentos de medo e insegurança, fluidez ou ambivalência na auto-imagem e na imagem dos "outros"; além de constituir forte barreira a obstar um posicionamento no mundo.

Estudos realizados em São Paulo evidenciaram que se

"o menor vive em liberdade, vive também sob o impacto do medo e insegurança que provocam tensões e podem levar ao imediatismo e individualismo como modo de enfrentar a luta pela sobrevivência" (Ferreira, R.M., op. cit., p. 87 e ss).

Outro fator de peso na formação da personalidade desses menores é o estigma que lhes é conferido - e a seu grupo familiar - pela sociedade e cedo por eles captado. O que é imputado acaba convertendo-se em fato real, o formulado e sugerido assume feição de concretude. Eles conscientizam-se e interiorizam que a sociedade já os considera passíveis de tornarem-se infratores e/ou criminosos de alta periculosidade ("sou pobre", "preto", "moro em favela", "meus pais não têm estudo" etc). Fortes sentimentos de inferioridade pessoal e alijamento social, com conseqüências prejudiciais na auto-estima, leva-os a aceitar a situação como inevitável; ao mesmo tempo que fornece, a nível

psicológico, o passo inicial na senda da ilicitude e das infrações.

Dir-se-ia que a própria sociedade, em termos de injunções de naturezas diversas, pode levar o menor ao comportamento definido juridicamente como ilícito, quando ao desassistir e estigmatizar a família pauperizada, deixa seus filhos à deriva no mar do abandono e da indiferença social.

Para citar um exemplo, basta apontar os criteriosos dados do Censo da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor/SP (1976), segundo os quais apenas 11,7% dos internos possuem família em condições econômicas, mesmo assim precárias, para abrigar e cuidar dos filhos. Tais dados, uma vez mais, embasam a associação entre desorganização sócio-econômica, desassistência e pauperismo.

O Aprendizado da Ilicitude

O início da aprendizagem do menor no mundo da ilicitude, na maioria das vezes, é gerado ou impulsionado pela necessidade de sobrevivência. Da tênue noção da irregularidade de seus comportamentos, da nítida conscientização de seu alijamento na sociedade e parcas opções de um trabalho sistemático até chegar a infração, irá percorrer longa e desgastante distância, composta de estágios múltiplos e carregada de conflitos e ambigüidades, a marcar a existência sócio-psicológica.

Num primeiro momento, o menor vive em ambientes onde

prepondera a exclusão social. Provenientes, em sua grande maioria, de lares carentes, logo se vê na contingência de abandonar a escola para ajudar a família com sua força de trabalho. Sua escolarização incompleta ou ausente e a não habilitação profissional converte-os, no caso de trabalhar como assalariado, num contingente populacional de explorados, não obstante a legislação concernente ao trabalho de menores. Outras vezes, na falta de um trabalho sistemático, dedicam-se à atividades que os aproxima da esfera do crime, como guardiões em locais onde atuam bandos organizados para assaltos, tráfico de drogas ou receptação de roubos.

Poucos são aqueles aos quais ainda é possível a permanência na escola, durante os quatro anos mínimos exigidos pelo primeiro estágio do ensino elementar e, mesmo assim, déficits nutricionais e desajustes psicológicos são entraves ao desenvolvimento cognitivo e tornam difíceis o ajustamento e a aprendizagem; conduzindo à repetência e consequente desmotivação, um dos fatores de peso na evasão escolar.

Como sua família e o grupo de pares situam-se no pólo marginal da sociedade, seus processos de aprendizagem têm uma marca toda singular que se centraliza no desenvolvimento/aperfeiçoamento de comportamentos tácitos de sobrevivência, não só a nível do sustento material, como nas relações interpessoais com outros grupos não marginais e com o poder legitimado - no caso a força policial. Os relacionamentos são nitidamente marcados pelo inconformismo e revolta, uma vez que

"as primeiras experiências socializantes marcadas pelo autoritarismo paterno (...), arbitrariedade e desca-

so (...) fornecem a base da rebeldia dos jovens contra a sociedade e contra a própria família, sua representação simbólica mais imediata" (Gonçalves, op. cit., p. 165).

Numa vida que comporta sérios desajustes familiares, pressões e angústias por viver num mundo de consumismo a dominar ideologicamente as mentalidades, e, em virtude disto, o complexo valorativo e as ações, quando são confrontados com a desigualdade de oportunidades acabam optando pelo ilegal e pela infração, como alternativa para conseguir o que foi inculcado como essencial e escapa, pelos meios aceitos socialmente, a seu alcance. São também frequentes as representações fantasiosas de suas possibilidades, visando diminuir as tensões e a revolta que experenciam.

"Aí um dia eu cheguei a conhecê um colega meu com nome de Newton. Aí ele começou, tava na moda do All Star (...). Só via ele com All Star (...) Conheci ele na FEBEM (...) Eu falei: qual foi a sua bronca que cê caiu aqui? Ele falou:

Oh! minha bronca foi um All Star que eu roubei, inclusive tava na moda, sabe. Eu queria um All Star para mim.

(...) aí eles assaltaram uma casa de loteria (...) tinha dinheiro mesmo (...) comprou até aparelho de som, comprou um monte de coisas ...

Eu gostaria de ganhar na loteria esportiva e ficar rico. Aí é o seguinte, tem uma possibilidade. Eu iria fazer um negócio imobiliário. Ia comprar terreno e construir casa pra vender ou alugar que dá dinheiro. Eu ia trabalhar com isso, com imobiliária, construir prédios. Trabalhava com isso que em poucos meses eu já triplicava meu dinheiro e ficava sossegado" (Queiroz, J. - org., 1984, p. 61, 62 e 129).

Nestes depoimentos de internos da FEBEM/SP nota-se a defasagem entre suas aspirações e as oportunidades de fato, além

de patentear-se que são guiados por ideais que não estão ao alcance senão por soluções fantasiosas. Assim, apesar de sua peculiar inserção social, guiam-se pelos valores dominantes usando

"de uma instrumentalização diversa desses valores, adaptando-os as condições em que ocorrem suas ações. Da mesma forma como instrumentalizam estratégias de sobrevivência, porque estão impedidos de sobreviver nos padrões de trabalho existentes, eles adaptam para si e para explicar-se a outrem os valores que a sociedade considera normais e aceitáveis" (Ferreira, R.M., op. cit., p. 168).

Deste modo pode-se ratificar a opinião de muitos autores, entre eles Violante (1979), quando defendem a exclusão da idéia de "cultura da pobreza" (p. 46).

Muitas vezes é o abandono ou o ócio nocivo que acostumam à vivência em bandos, à malandragem de rua que descortina oportunidades de brincadeiras com o grupo de pares, pequenas aventuras onde o risco fascina e a chance de mostrar-se valente e temerário seduz; antes que eles captem, na íntegra, o envolvimento com elementos desonestos e perigosos.

O grupo de pertencimento é, de início, apenas o elo de união a consubstanciar a igualdade e recurso para aceitar a diferenciação alijante. Gradativamente, se transforma em diretriz cognitiva e de ações.

A marca de ser "anti-social" começa a ser conferida, unificando-se ao auto-conceito, prejudicando a auto-estima e o alcance da identidade segura. Internaliza-se a noção de "diferente", de ser cujas pautas de conduta agridem a ordem estabele

cida e o bem-estar coletivo. Ele é o delinqüente, cuja passagem a infrator é destino inexorável.

Vale notar que disso se aproveitam indivíduos mais experientes, exploradores do menor em atividades ilegais. O menor dado suas carências e imaturidade, é presa fácil dos contraventores adultos que manipulam, inclusive, a prerrogativa de sua inimputabilidade penal conferida pela lei; além de expô-lo em ações arriscadas em troca de uns poucos "tostões".

Estabelecido o ingresso na criminalidade, o sistema repressor oficial passa a ser marco constante em sua existência. O rigina-se e adquire solidez a conjugação polícia x infrator, explorador x explorado. O que ele necessita, agora, é aprender es tratêgias de escape à prisão e ao internamento, ao mesmo tempo que aprimora sua ação no meio da malandragem e da ilicitude. Se há de ser infrator, urge que o seja com todos os requisitos e sutilezas. Seu auto-conceito e prestígio junto aos outros serão fruto da esperteza.

Assinale-se, contudo, que não só os carentes economicamente são levados a atos condenáveis e à infração. Não é só o desejo de possuir bens materiais que pode levar ao furto e ao roubo. A negligência afetiva pode, também, conduzir o menor ao envolvimento com bandos delinqüenciais como modo de atender as necessidades emocionais de segurança, coesão e companheirismo, im prescindíveis ao seu desenvolvimento psicológico. Aqui o ato delinqüencial é a expressão menos de necessidade material que de aceitação e afirmação da identidade em formação.

A aproximação da maioridade e, em decorrência, do tér

mino da inimizabilidade penal desperta, em alguns, o desejo de mudanças, de trilhar o caminho da legalidade por uma ocupação honesta; tendo em mira ascender na escala social e encaixar-se na parcela que desfruta dos bens materiais da cultura. Entretanto, logo esses propósitos (puras fantasias) são percebidos em sua inviabilidade.

Não continuam iguais as condições impingidas pela sociedade e que geraram sua criminalidade? O roubo e malandragem não são os únicos meios de sobrevivência oferecidos, de pagar a extorsão policial, de não ser internado?

Adentrando na esfera da delinqüência, cêlere é a escalada até a ilegalidade. Rápido aprendem a ludibriar a autoridade ou, no caso de menos sorte, acabam presos e conduzidos a distritos policiais, apesar do amparo legal da legislação específica - O Código de Menores (6).

O que a prática apresenta é, contudo, a desobediência total da legislação. Em sua maioria, os menores permanecem em delegacias comuns, em total promiscuidade com criminosos adultos de todas as espécies, até serem liberados ou encaminhados a unidades vinculadas à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

(6) A legislação específica determina que o menor deve ser entregue a agentes sociais, representantes do Juiz de Menores.

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor: qual a distância entre o "enunciado" e o "realizado"

O incômodo causado à ordem estabelecida pela proliferação da criminalidade juvenil conferiu realce ao fenômeno, o que exigiu a atenção do sistema social como um todo e levou à decisão de centralizar as diretrizes de atendimento através da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Para Bierrenbach (1980),

"a centralização do planejamento social acabou assumindo, a nível nacional, feição de mecanismo controlador da sociedade global. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, criada com o fim de órgão diretriz e orientador no atendimento da problemática do menor, seja no plano assistencialista ou no ressocializador, evidenciou, em realidade, uma prática obsoleta e, conseqüentemente, ineficaz que atua menos sobre as causas que sobre os efeitos" (p. 39 e ss).

Foi acatada a premissa de que o

"bem-estar do menor resulta do atendimento de suas necessidades básicas, através da utilização e criação dos recursos indispensáveis à sua subsistência, ao desenvolvimento de sua personalidade e a sua integração na vida comunitária" (Marques, 1976, p. 93).

Cabe a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor estipular a orientação vital para suprir as carências sócio-culturais, econômicas e psicológicas dos menores desassistidos, abandonados e infratores. A rede de influência e ação estende-se a todo país, via diferentes unidades da Federação, com programas preventivos e de assistência aos núcleos familiares ou mesmo pela

internação em centros específicos de reeducação onde o trabalho psico-pedagógico e a profissionalização são os aspectos prioritários. Cada unidade federativa possui um órgão oficial de assistência ao menor que objetiva abrigar, reintegrar/reeducar crianças e jovens marginalizados no seio da sociedade e que, em sua maioria, provêm dos estratos sociais baixos; sendo, em geral, internados por motivos de carência, abandono ou problemas de conduta anti-social (7).

Visto nesta posturação, o menor é encarado como vítima de uma socialização deficitária, seja no ângulo psicológico, seja no material.

"O menor é vítima do mau contacto com os pais que o geraram e abandonaram...

O menor é vítima da dissolução da família e do mau exemplo dos pais...

O menor é vítima de uma gestação atribulada e muitas vezes não querida...

O menor é vítima da subnutrição da infância, do analfabetismo, das estruturas sociais injustas que o marginalizaram...

O menor é vítima do mau contacto com a polícia, muitas vezes traduzidas em violências abomináveis e desnecessárias...

O menor é vítima da incompreensão dos adultos e das distorções dos meios de comunicação de massa...

O menor é vítima da falta de preparação profissional que o coloca na situação de subemprego permanente...

O menor é vítima daqueles que deveriam assisti-lo nos institutos de tratamento e mal preparados contribuem para a maior deformação de sua personalidade"

(Altenfelder, S.M.M. - Apud Marques, 1976, p. 34).

(7) Dados da CPI do Menor apontam que na década de 1970 existiam 13.542.508 menores carentes e 1.909.570 abandonados. O maior número de infrações recaía sobre a região sudeste (44.17%) e nordeste (37.98%).

Este caráter de vítima consubstancia-se bem mais no plano preventivo e assistencial que abriga a noção do

"afastamento progressivo de um processo 'normal' de desenvolvimento e promoção humana, até a condição de abandono, exploração ou conduta anti-social" (FEBEM / RJ, /s.d./, p. 15).

O que cabe repensar, aqui, é a discrepância entre o "anunciado" e o "realizado".

No plano factual o que a prática institucional abriga é o ponto de vista de que o menor é um ser marginal. Ela localiza, assim, no "referido" (o sujeito) a causa de seu problema e de seus desajustes. Suas condições psicológicas é que são as responsáveis pelos desvios em relação ao "estabelecido" e não as condições externamente impostas ao seu existir. É mister e justifica-se, então, a reeducação e repressão para reintegração aos parâmetros comportamentais, às normas e valores aceitos que, via de regra, ele nem teve como internalizar.

O menor é analisado psicossocialmente como se nele estivessem imprimidos inatamente desvios psicológicos. Desse modo, desloca-se da sociedade para o indivíduo a responsabilidade pelos atos ilícitos praticados. No entanto, é fácil ver que o comportamento desviante é menos causa que manifestação de revolta e inconformismo frente à desordem social que impõe, a nível individual, a ideologia do ser marginal.

A marginalidade do menor é oficializada no trabalho institucional coercitivo. Neste universo, o menor infrator ca-

talisa de modo mais agudo as determinações individuais da marginalidade. É ele o anti-social por excelência (o ladrão, pive, ocioso, indolente, egoísta, inafetivo, apresenta interesses sexuais precoces, etc.) e que melhor legitima a atuação repressivo-coercitiva que, ideologicamente, predomina nas sociedades elitistas.

As determinações individuais definem "o referido" (menor) como ser marginal, vindo a constituir um estereótipo que ao estigmatizá-lo, exclui de sua vida um lugar específico, só seu, tanto no plano psicológico como social.

A noção, conquanto difusa, da exclusão social dificulta a elaboração de metas e aspirações existenciais (geralmente, as aspirações possuem caráter mágico) ou ele torna-se um fatalista, indiferente, submisso a um destino pré-fixado, o que irá obstaculizar sua volta ao convívio social; servindo, assim, ao fim proposto - instrumento de controle social.

Para Campos (1984),

"a indiferença pode, ainda, ser entendida como característica específica da vivência de despojamento psicológico social. Pode-se entender tal situação em termos de segregação, de abolição de contacto com a vida 'normal', o que provavelmente, gerará dificuldades para alcançar um 'projeto de vida' capaz de preparar esses jovens para uma atuação desejada, quando chegar o momento de reingressar no contexto social mais amplo" (p. 92).

Através do recolhimento dos menores a uma instituição, a sociedade pretende mais diminuir os riscos ao bem-estar coletivo e à manutenção da ordem dominante que assisti-los e servir

de veículo a capacitar para melhores condições de existência pela escolarização/profissionalização.

No dizer de Goffman (1974),

"a estas instituições pode ser atribuído o caráter de totalidade. Todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade, as atividades diárias são, rigorosamente, estabelecidas em horários, os contactos com o mundo externo são, frequentemente, obstados, existe uma rígida divisão social (controladores x controlados) onde cada grupo tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis, a comunicação entre os grupos é limitada e vigiada e, primordialmente, o objetivo precípua que as norteia é a proteção da comunidade contra perigos intencionais; sendo irrelevante o bem-estar das pessoas nelas isoladas" (p. 16 e ss).

Todo o trabalho a ser desenvolvido com os menores é ancorado no conhecimento científico (daí a existência de técnicos, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, juristas etc.) que cerca e "sufoca" os menores na vida institucional e

"ao selecionar os especialistas do conhecimento, os têm submetido à sua concepção da situação do menor" (Queiroz, op. cit., p. 114).

Em realidade, o objetivo último que direciona o trabalho pretende que os jovens aceitem conformadamente, como marionetes, sua realidade de marginal, realidade a exigir todo um esforço de transformação e que legitima a existência social dessas instituições.

No dizer oficial a situação do menor deriva da condição de ser marginal com características negativas em seu "mundo

"psicológico", impossibilitadoras do adequado desenvolvimento biopsicológico-social. Todavia, o que se vê, na ação rotineira e cotidiana, é um trabalho nitidamente repressivo onde o sujeito é representado como desintegrado, ser que incomoda, que não se orienta coerentemente no plano psicossocial e que, por esse motivo cabe à instituição tutelá-lo.

Nesta prática enfatiza-se o indivíduo e não as condições materiais produtoras da inadequação. O complexo reintegrador abrangerá condições múltiplas favoráveis à continuidade da marginalização e abandono, posto que sem um respaldo afetivo-cognitivo, sem escolarização e profissionalização apropriados, exacerbam-se os conflitos e revoltas e obsta-se o potencial para um convívio externo satisfatório.

A ação institucional sistemática inicia-se com o internamento - seja por abandono, carência, prática de atos delinquentiais ou mesmo delituosos - em unidades da FUNABEM ou a ela vinculadas, com intuito de viabilizar e tornar efetivo o trabalho de reintegração social. Desde logo, o menor é exposto a um atendimento específico, calcado em categorizações, de acordo com a problemática apresentada.

A caracterização serve à imputação de uma identidade distorcida a ser trabalhada, no intuito do alcance da identidade ideal segundo os padrões dominantes. Como salienta Castel (1978), ao ser internado o menor tem definido "um novo status jurídico, social e civil" (p. 55).

Toda ação emanada das diretrizes da FUNABEM expressa-se via entidades oficiais ou conveniadas que abrangem unidades de

recepção, de triagem e educacionais.

Nas unidades de recepção o menor é identificado, encaminhado à família, se possível, ou às unidades de triagem. A essas cabe levar a efeito o trabalho de avaliação bio-psicossocial e pedagógico, visando coletar dados orientadores do trabalho posterior.

O estudo de caso objetiva fornecer base segura para o atendimento, detectando os determinantes da problemática apresentada pelo sujeito. Efetuado o "diagnóstico", abre-se um leque de opções que vai desde o desinternamento, internamento em unidades específicas, de acordo com o tipo necessário de assistência, ou o sistema de liberdade assistida.

Apesar da relevância conferida às carências materiais, afetivo-emocionais e pedagógicas, prevalece na decisão judicial o grau de periculosidade, conforme atribuída em decorrência da conduta anti-social ou delituosa. Quanto mais numerosos e graves atos delinquenciais ou infrações estiverem patenteados, mais premente se faz a atuação repressiva.

Segundo Foucault (1977),

"o laudo psiquiátrico, mas de maneira mais geral a antropologia criminal e o discurso repisante da criminologia encontram aí uma de suas funções precisas introduzindo solenemente as infrações no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico da aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são ou possam ser" (p. 22).

As unidades destinadas aos infratores de conduta an-

ti-social leve pautam sua atuação por diretrizes mais flexíveis, distribuição mais racional dos trabalhos e lazer e uma preocupação com a tônica assistencialista-educacional. As instalações são mais adequadas e todo complexo institucional abarca possibilidades de uma ação mais humanizada. Por seu turno, se o atendimento visa os infratores ditos de maior periculosidade, vislumbra-se a feição repressiva, sendo constantes a disciplina rígida, os castigos e/ou ocio nocivo ou os trabalhos obrigatórios como meio de sanção. As instalações e a rotina são em muito semelhantes às prisões, o que confere à sobrevivência uma tônica de desespero; levando a maximizar estilos de conduta nada favoráveis à reeducação pretendida.

"Porque é o seguinte, que quando chegava lá, tinha um chega, né? Ou vai dar ou vai levar pau...

Tem cara que entrou com 4 latrocínios. Mas acontece o seguinte: o cara (...) ficou esperando para onde ele ia ser designado (...) sentava no cantinho dele. Você pedia alguma coisa para ele fazer, o cara já corria. Sim senhor, não sei que lá (...) ficava ali na dele. Passava a assistente social, ele levantava, cumprimentava (...) Malandro velho (...) colocaram ele numa pensão. O cara saiu, voltou pra terra dele e matou um motorista em Piracicaba. (Queiroz, op. cit. p.135 e 111).

Por orientação legal, o menor só pode permanecer nas unidades de recepção por tempo não superior a uma semana. Todavia, a morosidade da seleção e encaminhamento leva a não obediência da regra. O mesmo acontece em relação às unidades de triagem, principalmente pela defasagem entre a população a ser atendida e os recursos materiais e humanos para tal fim.

Com o ingresso no complexo institucional, inicia-se a

trajetória estigmatizante. Suas roupas e pertences são retirados, ele é identificado e registrado. Deixa de ser indivíduo para ser número, deixa de ser pessoa humana para ser categorização. É apenas um a mais dentre os que se vestem igual,, devem andar e falar do mesmo modo.

"Inicia-se aí um processo de descaracterização de sua identidade" (Altoé, 1985, p. 50).

No decorrer de sua "formação institucional (que inclui estudos preliminares, 'graduação' e 'pós-graduação', irá se processando sua desidentificação pessoal. As imputações de menor problema, rebelde, malandro e infrator são inculcados com tal intensidade que preponderam em sua auto-imagem, modificando sentimentos, pensamentos e representações até a completa assimilação da identidade imposta.

Sua própria rotina de vida, em termos de atividades pedagógicas, fornece uma realidade alienizante onde os interesses, aptidões, potencialidades e limitações não são respeitados.

A disciplina rígida e excessiva que inclui até castigos corporais, conduz o menor a hostilizar a instituição e seus membros. As carências psicológicas e a auto-estima enfraquecida só tendem a provocar e/ou agravar os desajustes.

Os inspetores de disciplina ocupam lugar de realce no espaço de vida do menor, já que detêm o poder de propiciar vantagens como saídas, visitas, frequência as salas de artesanato e até mesmo passar de uma unidade mais rígida a outra mais fle-

xível, conseguir liberdade assistida ou desinternamento (8).

Num contexto onde a disciplina e sujeição são, em verdade, o alvo prioritário, tudo depende da aceitação das regras ditadas. Assim, para este menor só se descortinam duas opções: conformação total ou fuga.

Como assevera Foucault,

"a disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e como instrumento de seus exercícios" (op. cit., p. 153).

Inserida nos objetivos postulados pela "Política Nacional do Bem-Estar do Menor" encontra-se a noção de que a escolarização/profissionalização terão peso considerável na reintegração do menor. O que tal postura parece ignorar, a priori, são as múltiplas deficiências de sua clientela.

Crianças geradas e desenvolvidas com déficits nutricionais, com saúde precária, vivendo em ambientes facilitadores de desajustes emocionais, são submetidas a métodos convencionais de ensino, não compatíveis com suas limitações e peculiaridades. Em consequência surge a desadaptação escolar, o desinteresse e o baixo rendimento.

No ensino profissionalizante, os cursos são impostos aos internos, sem preocupação de atender aos interesses e habilidades. Agravando a situação, são de pouca valia, como habi

(8) Em algumas instituições o laudo técnico abrange também informações sobre disciplina, fornecidas pelos inspetores.

litação profissional, no mercado de trabalho altamente exigente, posto que muitas vezes não têm reconhecimento oficial. A este fato alia-se a visão distorcida que os menores adquirem, através de tarefas disciplinares, do trabalho como algo rotineiro, desagradável e exaustivo.

O binômio escolarização x profissionalização, ao pretender a capacitação do menor,

"em realidade se converte em mais um veículo discriminador" (Cunha, 1977, p. 165).

O ensino profissionalizante já é encarado como substitutivo da escolarização completa, adequada e refinada; partindo da premissa de que as condições intelectuais não são favoráveis e de que, quando muito, aprenderão algum ofício.

Neste sentido, também na educação distancia-se o "discursado" do "realizado", sendo mais um elemento formador da situação excludente.

Nada é aprendido

"porque estão numa instituição fechada, sim, mas também porque a educação que recebem não tem nada a ver nem com elas, nem com nenhuma criança carente" (Almeida, 1985, p. 141).

Outro aspecto a considerar na formação desses jovens é a ambigüidade em termos emocionais x materiais. Se por um lado necessidades de afeto e compreensão não são supridas, no plano material a não valorização do que têm (não podem escolher o

que é seu, cuidar de seus pertences) impede a iniciativa, responsabilidade, sentido de posse e respeito à propriedade particular.

"A atitude paternalista prejudica a formação de atitudes valorativas sobre os benefícios e assistência recebidos e, conseqüentemente, não favorece hábitos que possibilitem futuramente ao menor lutar pela sua sobrevivência (...) A instituição não propicia ao aluno a oportunidade de adquirir o treino da responsabilidade ou de liberdade, encontra-se sempre assistido materialmente, e afetivamente desassistido (...) Quando se desliga da escola sente falta dessa assistência e tenta compensar, também com coisas materiais, a visão negativa e estigmatizadora que tem de si" (Campos, op. cit., p. 90 e 110).

Mas, enfim, o que é ser "Menor Infrator"

O termo "menor infrator", por sua íntima relação com a delinqüência juvenil, é de difícil conceituação, mormente dado aos dois enfoques relativos a esta: o sociológico e o legal.

Tendo por ponto de referência as duas peculiaridades da delinqüência - uma manifestação comportamental anti-social e a menoridade cronológica de quem a pratica - algumas teorias procuram determinar com mais precisão seu conceito. De um lado a delinqüência é vista como a prática de qualquer conduta contrária às normas sociais que se enquadre, juridicamente, no plano da contravenção ou crime. Outras abordagens enfatizam somente o cunho do comportamento irregular, atribuindo como causa situações carenciais ou de abandono.

Na busca de um consenso global referente à delinqüência, pode-se afirmar que o delinquente é

"o menor que cometeu ato reprovado pela sociedade, não tipificado como crime ou contravenção" (Paranaguá, op. cit. p. 9).

Neste sentido, estes menores incluem-se, sob o ponto de vista jurídico, na categoria de menores com conduta "anti-social", não passíveis de serem submetidos à sanção penal; sem que, contudo, se negue a necessidade de uma assistência preventiva específica, objetivando o não agravamento de seu desvio e sua reeducação.

Já o infrator seria o menor autor do ilícito penal, ao qual a lei, dado somente sua menoridade, confere impunidade, ao mesmo tempo que se reserva o direito de submetê-lo a medidas reeducativas em instituições específicas (9).

Ressalte-se que nem todas as manifestações delinquentiais são sancionadas por leis. E aqui surge a distinção entre a delinquência e a infração. A primeira pode ser entendida como sendo um "estilo de vida" que, enquanto conduta irregular, não chega a ameaçar agudamente a harmonia da ordem social, embora revele-se perturbatória. Já a infração é a ação ilegal, passível de sanção penal e que torna possível enquadrar o menor na legislação específica - O Código de Menores.

Convém pensar até que ponto o menor infrator é, em realidade, um desviante das normas sociais fixadas, já que, via

(9) O Código Penal Brasileiro fixa em 18 anos a inimizabilidade penal, embasando-se na noção de responsabilidade, e estabelece leis específicas de controle e assistência do menor. Pelo Código de Menores, o infrator distingue-se dos outros "menores em situação irregular" por haver perpetrado ato considerado crime ou contravenção.

de regra, não as internalizou em sua socialização, não fazendo, portanto, parte de seu referencial de conduta. Sendo a ordem social fruto da ideologia e ações das classes sociais dominantes, o menor converte-se em mais um joguete dos interesses prevalecentes que não só geraram sua existência, como isentam a sociedade de culpa e justificam as práticas assistencialistas / reintegradoras.

E é a este menor infrator que o discurso legítimo fala em "ressocializar". O que vem a ser tal prática? Reintegrá-lo aos valores e normas sociais das classes aos quais ele não terá acesso?

Como não furtar quando a fome esmaga e as múltiplas carências materiais e emocionais exigem, a nível psicológico, uma compensação? Como não desejar bens supérfluos quando a propaganda incita ao consumismo e a sociedade valoriza o homem pelo que ele possui? Como não rebelar-se contra as instituições que não respeitam suas necessidades mínimas e contra a polícia que o ameaça, corrompe e facilita seu aprofundamento na senda criminal?

ESTUDOS EMPÍRICOS

Justificando a contribuição ao sistema de reeducação do menor, Costa (1976) procura descrever os "antecedentes"⁽¹⁰⁾ da delinquência juvenil em Porto Alegre. Os resultados da investigação, baseada nos registros dos processos especiais de infração do Juizado de Menores da cidade, apontam que as ocorrências de delitos segundo o sexo (percentuais gerais) eram de 4,40 infrações masculinas para 0,56 femininas, estando 64% dos casos na faixa etária de 16 a 18 anos.

No que se refere a procedência dos menores, 63 a 82% residiam na periferia (vilas populares e áreas suburbanas), dos quais 26% haviam migrado há pouco tempo para aquela capital.

Objetivando maior precisão nas conclusões, foi, ainda, efetuado um estudo paralelo com 100 (cem) sujeitos infratores, no qual ficaram constatados, como dados mais relevantes, o predomínio do delito contra o patrimônio (51%), a parca escolarização (90% não possuíam o 1º grau, sendo 5% analfabetos), a vinculação a grupos anti-sociais (29%) e que somente um percentual reduzido (19%) tem vivência continuada com pai e mãe.

Fundamentado nos resultados, o autor evidencia a situação familiar, a localização topográfica, o nível sócio-econômico, a migração interna, a própria crise de identidade pessoal do adolescente e a escolarização deficiente como possíveis antecedentes da delinquência e infração entre os jovens.

(10) Definido como "conjunto de fatores mais provavelmente relacionados ao fenômeno em estudo, como desencadeadores de determinados comportamentos" (p. 25).

Revelando a distância entre o que é proposto e a prática assistencialista / repressiva, Violante (1979) procura penetrar no mundo do menor institucionalizado, analisando-o tanto na vertente de sua individualidade, como na de uma sociedade que cria e recria seu alijamento; ao mesmo tempo que se propõe reintegrá-lo ao meio social, via ação institucional. A pesquisadora enfoca, do ponto de vista psicossocial, as condições da socialização, a identidade do menor institucionalizado, a vida nas entidades e os reflexos que da mesma advêm em termos de deformações na personalidade e produção do estigma de menor egresso que o acompanha por toda vida.

Através da observação participante, Arruda (1983) pretendeu conhecer não só o modo de vida das crianças e adolescentes provenientes da população pauperizada da cidade de São Paulo, bem como o cotidiano do menor infrator na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor/SP e a visão oficial sobre os mesmos que longe de ser, como lhe é atribuído - uma ameaça à coletividade - é antes produto das contradições da dinâmica social.

Intentando compreender a criminalidade juvenil, Schneider, L. (1982) analisa o contexto sócio-político-econômico onde o fenômeno se manifesta.

Dados empíricos relevantes podem ser extraídos da pesquisa, levada a efeito com menores infratores no Rio Grande do Sul.

A maior incidência de menores infratores recaía nas zonas metropolitanas, sendo quase a totalidade provenientes de conjuntos proletários ou favelas. No que se refere a ocupação,

89,6% trabalhavam em ramos manuais não-especializados; caracterizando uma inserção marginal na estrutura sócio-econômica, facilitada pela baixa qualidade da escolarização (51,3% dos menores abandonara a escola sem completar o primário e 19% eram analfabetos).

No tocante ao estado de saúde, 55,8% apresentavam distúrbios variados onde predominavam as verminoses, problemas de pele, respiratórios, de ouvidos e garganta.

Entre os delitos mais comumente praticados, os contra o patrimônio totalizavam 65,9%, seguidos pelos contra a pessoa: cerca de 34,8%.

Consoante conclusões apresentadas,

"delineia-se um quadro em que a situação de marginalização serve como 'moldura social' para a maior parte dos infratores analisados" (op. cit., p. 145).

Com base nas categorias de delito estabelecidos pelo Código Penal do seu país, Cuenca e colaboradoras (1982) construíram um questionário de opinião onde cada conduta (relacionada com os tipos de delito) era apresentada em duas situações (agradevante/atenuante). A hipótese norteadora do trabalho pressupunha a existência de diferenças significativas entre os respondentes, a depender de seu sexo, idade e nível cultural. No tocante ao último critério a hipótese foi confirmada, o mesmo não ocorrendo em relação ao sexo e idade. Os resultados levaram a inferir que o nível cultural era fator relevante na maior/menor flexibilidade dos juízos e valorações (maior/menor nível cultu

ral, respectivamente). Não foram fornecidos dados explícitos sobre a influência do tipo de situação onde se manifestava o delito.

Em Cheniaux (1982), é discutida a questão do menor sob dupla ótica: a do sistema e instituições e a do próprio menor no que tange à percepção de seu mundo, sua vivência excludente e sua luta pelo espaço de rua como meio de prover sua subsistência e ser, ainda que através de tênues vínculos, um partícipe do social.

Caracterizado pela autora como um estudo exploratório, busca desvendar o mundo de rua do menor, suas estratégias de sobrevivência e as de seu grupo familiar, seus contactos com a delinquência e com a esfera do ilícito. Ao mesmo tempo, reflete sobre o atendimento institucional e questiona a atuação do Serviço Social como instrumento usado, a nível oficial, pelo sistema social (verdadeiro trapaceiro) para criar a existência alienizante dos grupos segregados em uma sociedade elitista.

Prefaciando este trabalho com rara singeleza - que o torna digno de citação - assim se expressou Ferreira, R.M.F (1980).

"O menor abandonado e carente um dia, infrator no outro é que constitui o quadro real e acabado da incompetência desta sociedade para gerir seus recursos e construir seu destino. Representa o extremo do paradoxo de uma sociedade pobre e perdulária, pois que se permite abandonar sem nenhuma proteção, o bem mais valioso para manter-se e reproduzir-se: seus homens em formação" (op. cit., p. 9).

A diretriz metodológica do estudo de campo embasou a

pesquisa de Campos (1984). Estudando um grupo de alunos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor / RJ, teve como alvo de interesse conhecer o "projeto de vida" do menor interno, seu mundo psicossocial e sua reintegração vistos sob o ângulo de sua auto-percepção, de seu discurso e da percepção que o mesmo tem em relação aos estabelecimentos assistencialistas / reeducacionais.

As informações coletadas levaram a concluir que eram visíveis os efeitos de uma socialização caracterizada por ausência de vínculos afetivos capazes de fornecer ao menor um referencial emotivo-cognitivo, necessários à elaboração de uma concepção de si mesmo e do mundo e onde o sujeito representa seu espaço como o da "exclusão". As famílias dos jovens caracterizavam-se, na maioria, pela desagregação e pauperismo, embora se pudesse notar a inculcação de valores das classes mais abastadas.

Num enfoque interdisciplinar, Queiroz e colaboradores (1984), trata o problema do menor infrator como um macro-problema que envolve conflitos e interesses de classes. As condições propiciadoras de sua produção, sua trajetória do pauperismo e abandono, até seu envolvimento com a malandragem e delinquência que desemboca, inexoravelmente, na criminalidade, no poder repressivo da polícia e das entidades correccionais, são analisados em profundidade. Para o autor, neste percurso se estabelece a dialética dominador-dominado, num contexto de condicionamentos ideológicos, de relações conflitantes e vivências contraditórias com o grupo de pares e os membros institucionais; configurando um quadro de representações peculiares sobre o mundo,

"seu eu" e "o outro".

Procurando a relação entre a internação de crianças e o consequente abandono das mesmas pela família, Rizzini (1985), questiona tal prática, no sentido de ser ela uma alternativa válida ou incentivo ao abandono.

Pesquisando 363 menores na faixa etária até 16 anos, etando a maioria entre 9 meses e 4 anos (58%), que viviam em três internatos no Rio de Janeiro (dois na zona sul e um na zona norte), concluiu que 58% das crianças eram desassistidas pela família e 42% assistidas. Por desassistidas foram consideradas as que recebessem visitas esporádicas e assistematicamente ou simplesmente não recebessem, enquanto as assistidas eram as que recebiam visitas sistematicamente, mesmo que não saíssem do internato com os pais.

Desdobrando os percentuais, foi constatado que dos 41% a receber visitas sistemáticas, 36% saíam do internato com os pais, enquanto que no grupo de desassistidas, 17% eram visita--das de modo assistemático e 42% nunca recebiam visitas.. Além disso, neste grupo, 13% saíam com frequência com a família e 51% jamais saíam.

Apontando a prática da institucionalização menos como alternativa que incentivo ao abandono, é ressaltada a expressividade dos dados pelo fato de que na totalidade dos menores 31% tinham ambos os pais, 44% só mães e apenas 1,3% só pais.

Embora o Código de Menores prescreva e a "Política Nacional do Bem-Estar do Menor" estabeleça como diretriz não ape-

nas a manutenção da criança no seio da família, mas também assistência adequada a tal propósito, o que se vê na prática é o uso indiscriminado da institucionalização, favorecendo a perda da responsabilidade dos pais e privando a criança da vivência familiar tão necessária à sua formação e desenvolvimento pessoal.

A principal conclusão de tudo aqui exposto é o descaso em relação à principal fonte de que dispõe este país para seu futuro - a criança - este ser sempre falado nunca ouvido, num discurso do "referido" e não de "quem refere", pois como afirma Guirado, (1984).

"o lugar do menor é sempre o lugar do referido, do relatado, do anunciado/denunciado, do mencionado. Não costuma ser o lugar de quem refere, relata, anuncia/denuncia, menciona. É o lugar de objeto, não de sujeito, no discurso" (p. 35).

CAPÍTULO IV

M E T O D O L O G I A

SUJEITOS

Serviram como respondentes 120 sujeitos, selecionados de acordo com os atributos de profissão, sexo, idade e nível de escolaridade. Este total subdividia-se em 6 grupos de 20 sujeitos, sendo cada grupo formado por elementos de uma das profissões incluídas na pesquisa (psicólogos, professores, estudantes, advogados, militares e policiais). Em cada grupo profissional metade dos sujeitos pertencia ao sexo masculino e a outra metade ao feminino.

Os sujeitos que se dispuseram a participar da pesquisa foram alcançados do seguinte modo:

- 1) Psicólogos - alunos do Mestrado em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 2) Professores - na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- 3) Estudantes - alunos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 4) Advogados - através de contactos pessoais com os profissionais.
- 5) Militares - oficiais do Exército e Marinha.

6) Policiais - da Polícia Militar e Civil do Rio de Janeiro.

A escolaridade relacionada a profissão abarcou 60 sujeitos de nível secundário e 60 universitários.

Embora se desejasse relacionar idade e atitude, não foi possível estabelecer *à priori* as faixas etárias incluídas, uma vez que a escolha principal dos sujeitos foi feita em virtude da profissão.

Com intuito de testar as hipóteses do estudo, os sujeitos foram primeiramente englobados por categoria profissional e posteriormente divididos em dois grandes grupos: humanistas e não humanistas.

Para fins deste estudo foram considerados humanistas os psicólogos, professores e estudantes de Serviço Social e não humanistas os advogados, militares e policiais.

Cabe ressaltar que embora a advocacia seja classificada, nos meios acadêmicos, como uma ciência humanística, optou-se, aqui, por categorizar os advogados como não humanistas, embasando-se na definição apresentada (vide definição de termos).

O perfil da amostra é apresentado no Anexo 1.

HIPÓTESES

A hipótese substantiva que norteou o trabalho pressupõe a existência de diferenças significativas na atitude frente à impunidade penal do menor infrator, a depender do sexo, idade, nível de escolaridade e, principalmente, a profissão dos respondentes.

Desta hipótese substantiva derivaram-se as hipóteses estatísticas.

1. Relativas ao grupo testado como um todo:

H_1 - Há diferenças significativas entre profissão e atitude.

H_2 - Há diferenças significativas entre sexo e atitude.

H_3 - Há diferenças significativas entre idade e atitude.

H_4 - Há diferenças significativas entre nível de escolaridade e atitude.

2. Relativas ao grupo dividido em humanistas e não humanistas

H_5 - Há diferenças significativas entre sexo e atitude dos profissionais humanistas e não humanistas.

H_6 - Há diferenças significativas entre idade e atitude dos profissionais humanistas e não humanistas.

H_7 - Há diferenças significativas entre nível de escolaridade e atitude dos profissionais humanistas e não humanistas.

INSTRUMENTO

O instrumento utilizado foi uma escala de atitude tipo Likert, construída e aplicada pela pesquisadora.

Os passos seguidos na construção da escala encontram-se no Anexo 2.

PROCEDIMENTOS

A escala foi aplicada pela própria pesquisadora, em estabelecimentos de ensino e órgãos oficiais ou privados que permitiram a participação dos sujeitos necessários à pesquisa.

A aplicação foi realizada individualmente, no caso dos psicólogos, advogados e militares e coletivamente (no máximo grupos de dez sujeitos) em cada uma das demais categorias profissionais.

Antes de iniciada a aplicação era esclarecido ser a identificação desnecessária, frisando-se, contudo, que os outros dados solicitados eram essenciais ao trabalho.

Com intuito de que não surgissem dúvidas a respeito do entendimento dos itens ou preenchimento das respostas, o aplicador lia, juntamente com o(s) sujeito(s) cada item, esperando que assinalassem as respostas.

A fim de se evitar perda de sujeitos, seja pelo não preenchimento dos dados ou de falta de resposta a algum item, o

aplicador revisava os formulários antes de dispensar o(s) sujeito(s).

APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O tratamento estatístico foi precedido pela contagem dos pontos obtidos por cada sujeito.

A escala de atitude tipo Likert tem cinco opções de resposta. O valor 1 foi dado à atitude totalmente desfavorável, 2 à desfavorável, zero à indecisa, 3 à favorável e 4 à plenamente favorável. Contudo, a necessidade de processamento eletrônico dos dados exigiu que se modificasse o valor atribuído a cada alternativa de resposta que passou a abarcar o contínuo 5 a 1 ou vice-versa.

São os seguintes os itens com suas respectivas conotações e os valores numéricos atribuídos às alternativas de resposta:

- Itens: 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16
e 18 - Favorabilidade

- Valores das alternativas de resposta:

- concordo plenamente - 5
- concordo - 4
- Indeciso - 3
- Discordo - 2
- Discordo totalmente - 1

- Itens: 2, 4, 5 e 17 - Desfavorabilidade

- Valores das alternativas de resposta:

- concordo plenamente - 1

- concordo - 2

- Indeciso - 3

- Discordo - 4

- Discordo totalmente - 5

Como a escala possuía 18 itens, a pessoa plenamente favorável à impunidade do menor infrator deveria totalizar 90 pontos e a totalmente desfavorável 18 pontos.

TRATAMENTOS ESTATÍSTICOS DOS DADOS

1 - Teste de Hipóteses

O tratamento dos dados foi processado eletronicamente pelo sistema Statistical Package for the Social Science (SPSS), com nível de significância fixado em 0,05.

Os dados foram submetidos as seguintes análises:

1.1 - Análise da variância - para verificar diferenças significativas entre os sujeitos nos atributos em estudo: profissão, sexo, idade e nível de escolaridade.

1.2 - Teste do X^2 (qui-quadrado) - para detectar diferenças significativas entre os grupos de humanistas e não humanistas quanto a sexo, idade e nível de escolaridade.

2 - Análises do Instrumento

2.1 - Análise de ítems e fidedignidade da escala

Também efetuada em computador, utilizando-se como medida o α de Cronbach para testar a adequação da escala.

2.2 - Análise fatorial

A análise fatorial foi processada utilizando-se a rotação VARIMAX, a fim de verificar se as dimensões levantadas na sondagem de opinião seriam englobadas em fatores, podendo estes servir de diretriz na construção de escalas semelhantes, em pesquisas futuras.

CAPÍTULO V

R E S U L T A D O S

APRESENTAÇÃO

1 - Teste de Hipóteses

1.1 - Análise da Variância

Para pesquisar diferenças entre os respondentes, nos diversos atributos (sexo, idade, nível de escolaridade e profissão) empregou-se a análise da variância.

1.1.1 - Sexo

Contando o estudo com igual número de indivíduos de cada sexo (60 masculinos e 60 femininos), não foram encontradas diferenças de peso, quanto a este atributo, nos dois grupos.

1.1.2 - Idade

Este atributo foi dividido em 3 níveis de 18 a 24 anos, de 25 a 38 anos e de 39 a 58 anos. Os resultados obtidos permitem concluir não haver diferenças significativas entre os grupos em termos de idade.

1.1.3 - Nível de Escolaridade

A análise da variância não demonstrou diferenças significativas, no que concerne ao atributo nível de escolaridade, nos grupamentos em questão.

1.1.4 - Profissão

Os resultados indicaram haver diferenças altamente significativas entre os grupamentos estudados, conforme sumário da análise da variância a seguir:

TABELA 1

Análise da Variância
(Profissão/Atitude)

FONTE	SQ	GL	MQ	F
ENTRE	5907,6875	5	1181,5374	10.951**
DENTRO	12300,3125	114	107,8975	-
TOTAL	18208,0000	119	-	-

** $p < 0,001$

Desejando saber qual ou quais grupamentos profissionais efetivamente se diferenciavam entre si, procedeu-se a um teste a posteriori (SCHEFFÉ), com amplitude de 4,78 para nível de significância de 0,05.

Na tabela a seguir figuram os resultados alcançados, por cada grupamento, na escala aplicada.

TABELA 2

Resultados dos vários grupamentos profissionais

GRUPOS	\bar{X}	S
Policiais	38,300	10,2582
Militares	52,4500	6,3119
Advogados	53,0000	11,8588
Psicólogos	57,6000	10,2156
Professores	58,2000	11,0531
Estudantes	58,5500	10,6598

1.2 - Teste do χ^2

O teste do qui-quadrado revelou haver diferenças significativas entre os grupos de humanistas e não humanistas apenas em relação ao atributo nível de escolaridade, conforme os resultados da tabela 3, a seguir:

TABELA 3

Resultados dos dois grupos

CASOS				
PERCENTAGEM DA FILEIRA		SECUNDÁRIO	SUPERIOR	TOTAL
PERCENTAGEM DA COLUNA		1	2	DA
PERCENTAGEM TOTAL				FILEIRA
Humanistas	1	40	21	61
		65,6	34,4	50,8
		66,7	35,0	
		33,3	17,5	
Não Humanistas	2	20	39	59
		33,9	66,1	49,2
		33,3	65,0	
		16,7		
TOTAL DA COLUNA		60	60	120
		50,0	50,0	100,0

$$\chi^2 = 10,80299 \text{ (significância } \hat{a} \text{ } p < 0,001)$$

$$GL = 1$$

2 - Análises do Instrumento

2.1 - Análise de Ítems e fidedignidade da escala

No que concerne a adequação da escala, particularmente para o grupo testado, a análise de itens e fidedignidade da escala apontaram a eficácia do instrumento (V. Anexo 3).

2.2 - Análise fatorial

Após a rotação patenteou-se a existência de 4 fatores, conforme pode ser observado pela distribuição dos itens e suas respectivas cargas fatoriais na tabela abaixo:

TABELA 4

Análise Fatorial - Rotação Varimax

Matriz Fatorial

n = 120

I T E N S	CARGAS FATORIAIS				I T E N S	CARGAS FATORIAIS			
	FATOR I	FATOR II	FATOR III	FATOR IV		FATOR I	FATOR II	FATOR III	FATOR IV
1	0,73	0,20	0,33	-0,27	10	0,11	0,78	-0,02	-0,06
2	0,47	-0,29	0,24	0,38	11	0,62	0,06	0,34	0,17
3	0,66	-0,06	0,29	0,07	12	0,67	-0,03	-0,15	0,01
4	0,34	-0,14	0,10	0,37	13	0,11	0,72	0,12	0,07
5	0,10	0,16	0,76	0,03	14	0,68	0,13	0,22	0,11
6	-0,03	0,13	0,10	0,63	15	0,01	0,08	-0,05	0,56
7	0,01	0,76	0,28	0,09	16	0,66	0,07	-0,03	-0,09
8	0,55	0,20	0,11	-0,12	17	0,20	0,10	0,70	-0,05
9	0,49	0,18	0,30	-0,49	18	0,35	0,18	0,21	-0,38

Convencionando-se aceitar como significativas somente cargas fatoriais acima de 0,40, os itens distribuíram-se conforme a tabela 5.

TABELA 5

Distribuição Fator/Itens

FATOR	ITENS
I	1,2,3,8,9,11,12,14,16
II	7,10,13
III	5,17
IV	6,9,15

Na tabela 6, pode-se observar, ainda, a percentagem da variância total distribuída em cada fator.

TABELA 6

Fator/Percentagem Variância Total

FATOR	% VT
I	51,3
II	21,2
III	16,8
IV	10,6

DISCUSSÃO

Resumindo os resultados da análise da variância, pode-se observar que as evidências apontam não haver relação significativa entre sexo, idade e nível de escolaridade dos respondentes e a atitude apresentada frente ao tópico da impunidade penal do menor infrator. Tais resultados levam, ainda, a crer que existe uma relação entre os diversos grupamentos profissionais estudados e a atitude em questão.

Uma maior favorabilidade ao critério da impunidade penal do menor foi encontrada nos grupamentos de estudantes, professores e psicólogos, exatamente aqueles que compunham o grupo de humanistas. Em contrapartida, os dados sugerem tendência contrária nos outros grupamentos: advogados, militares e policiais (grupo dos não humanistas).

O teste a posteriori do Scheffé indicou o grupo profissional dos policiais como aquele significativamente diferente dos demais, com a atitude desfavorável mais acentuada sobre o preceito legal da impunidade penal do menor.

Os resultados do teste do X^2 apontaram também não haver diferenças significativas entre a atitude dos sujeitos a depender do sexo e idade, quando englobados nas categorias de humanistas e não humanistas. Contudo, de acordo com os resultados desta testagem os dois grupos apresentam diferenças significativas relacionadas com o nível de escolaridade.

Em síntese, nas condições do estudo e no grupo testa-

do, aceitam-se as hipóteses 1 e 7, rejeitando-se as demais.

Com base nos resultados da análise fatorial pode-se constatar que o fator I abarcou os itens referentes às condições desfavoráveis do contexto sócio-econômico cultural, propiciadoras da marginalidade social em que vivem os jovens de certos estratos de nossa população (itens 1 e 9). Além disso, englobou, ainda, aqueles referentes ao amparo legal devido ao menor (2, 8, 12 e 16) e à condição de imaturidade psicológica (3, 11 e 14). Observando-se a percentagem da variância total distribuída no fator (51,3%), pode-se inferir ser o mesmo o mais significativo na escala. O fator foi nominado de "Adequação legal às injunções psicossociais".

O fator II explicitava a necessidade de avaliação das condições psicológicas do menor (itens 7, 10 e 13), como critério no julgamento de seus atos, ao invés de somente a idade cronológica. Com a percentagem da variância total de 21,2% foi o segundo fator mais importante. O fator foi classificado sob o título de "Avaliação psicológica".

Com menor percentagem da variância total distribuída os demais fatores relacionaram-se com a problemática da ressocialização e as instituições assistencialistas/corretivas (itens 5 e 17: Fator III, nominado "Ressocialização") e a ausência de ação preventiva da Justiça, a fim de evitar a criminalidade dos jovens (itens 6 e 15: Fator IV, denominado "Ação preventiva").

Consultando-se a tabela 4, observa-se que os itens 4 e 18 não foram incluídos em nenhum fator, enquanto o item 9 apa

rece com cargas fatoriais significativas em dois fatores I e IV. Apesar disto, optou-se por agregá-lo ao fator I, por sua conotação relativa à injunção psicossocial de marginalidade. Não se nega, contudo, a propriedade de sua inclusão no fator IV, pois a própria marginalidade já reflete a falta de uma assistência preventiva.

Tais resultados levam a constatar que quase todas as dimensões levantadas, a priori, na sondagem da opinião, foram distribuídas nos quatro fatores.

ANALOGIAS E DIVERGÊNCIAS

Reportando-se aos estudos anteriormente citados, em diversas abordagens, observa-se que a problemática da irregularidade da conduta entre os jovens há muito desperta a atenção de pesquisadores que procuram melhor entender o fenômeno, em busca de soluções apropriadas. .

Os trabalhos de Costa (1976), Gonçalves (1979), Schneider (1982), Cheniaux (1982) e Queiroz (1984) enfocam, entre outras questões, o papel dos condicionantes do fenômeno da delinquência, violência e criminalidade juvenil, dando primazia às injunções sócio-econômicas e seus reflexos psicossociais como o pauperismo, a desagregação familiar, o abandono e marginalidade social; algumas das dimensões abarcadas no instrumento deste estudo.

Já em Violante (1979, Arruda (1983) e Campos (1984)

são salientadas a prática da institucionalização e o complexo ressocializador, com suas consequências nocivas na formação da personalidade dos jovens, principalmente em termos de revolta, alienação e incapacidade para o convívio social pleno.

Estabelecendo um paralelo com a pesquisa de Cuenca e colaboradoras (1982) observa-se que os resultados também evidenciaram não haver diferenças entre a atitude dos sujeitos relacionadas às variáveis sexo e idade. Por seu turno, em divergência com os resultados aqui encontrados, houve diferenças significativas no que se refere à atitude e nível cultural (no sentido de escolaridade). Ressalta-se, todavia, que não só a escala era baseada em itens sobre tipo de delito, como também a variável em pauta abrangeu mais um nível: o primário.

CAPÍTULO VI

INTERPRETAÇÃO E CONCLUSÕES

INTERPRETAÇÃO

Retomando os resultados que apontaram a ausência de diferenças significativas entre sexo e idade com a atitude pesquisada, pode-se esposar as idéias de Berger e Luckmann, inferindo-se que, a par da importância da socialização primária e suas diferenças em termos de papéis, normas, valores e condutas interiorizados progressivamente de acordo com tais atributos individuais, a ação e orientação na realidade social dependem decisivamente da revalidação das interiorizações que ocorrem na socialização secundária.

A socialização como processo permanente na vida do indivíduo, transforma sua realidade subjetiva em decorrência de transformações da realidade social objetiva. O homem como partícipe da dialética social, ao inserir-se nos submundos institucionais, redefine continuamente os conteúdos interiorizados, seja modificando ou incorporando elementos à sua identidade pessoal, base da ação e posicionamento no mundo social.

Há de ressaltar-se, ainda, que a socialização secundária propicia um gradual acesso ao cabedal social de conhecimentos, através dos múltiplos contactos com outras instituições redefinidoras da realidade como a educação sistemática e/ou asistemática, os grupos de pares, os meios de comunicação de massa e as relações interpessoais.

Neste sentido pode-se crer que, a par do sexo e idade, a orientação singular de cada indivíduo frente ao seu mundo social seja precipuamente influenciada pelas rápidas transformações sociais que, ademais, abarcam a exigência de constantes revalidações para um posicionamento coerente, quando surgem confrontos com as ambigüidades e conflitos sociais.

Se os dados da presente pesquisa não evidenciaram diferenças significativas entre o nível de escolaridade e atitude (estando os sujeitos no grupo como um todo), não se pode, dada a limitação do estudo, descartar a importância da escolarização na formação do complexo axiológico que rege a ação no mundo social. Principalmente se atentarmos para as diferenças significativas, quanto a este atributo, estando os sujeitos já distribuídos em humanistas e não humanistas.

Evidências do estudo parecem conferir destaque não ao nível de escolaridade em si, mas antes à formação escolar recebida, o que aliado a associação significativa encontrada entre atitude e profissão permitem inferir a importância não só da formação escolar, como do exercício rotineiro da profissão na atitude apresentada pelos respondentes.

Tais evidências sugerem compatibilidade com as noções teóricas aqui expressas, segundo as quais a formação e o exercício profissional vêm a constituir uma inserção peculiar do indivíduo em certos aspectos do acervo social de conhecimentos que exercem papel de realce na sua realidade da vida cotidiana e que, conjugadas a biografia individual, configuram uma visão específica do mundo social e, em decorrência, um posiciona-

mento frente aos problemas de sua sociedade.

A tendência geral à favorabilidade apresentada pelos grupamentos de estudantes, professores e psicólogos, pode ser indicativo de uma maior flexibilidade de juízos e valorações, capaz de levar a uma orientação mais positiva face aos problemas da vivência psicossocial do homem.

É de salientar que, entre os humanistas, o grupamento de estudantes foi o que expressou atitude mais concorde com o preceito legal da impunidade do menor, o que pode sugerir uma maior identificação com os problemas vivenciais dos jovens, além do fato de não terem ainda cristalizado a experiência e visão ocupacional, muitas vezes responsáveis por posturas profissionais específicas.

No caso particular do grupo de professores, merece destacar-se o contacto amplo que estabelecem, na realidade cotidiana, com a juventude, o que pode favorecer uma atitude de maior aceitação frente aos seus problemas.

A evidência de inclinação à desfavorabilidade entre os advogados, militares e policiais (mais acentuada neste último), poderia ser melhor entendida ao atentar-se na relação existente entre estes grupos e as funções que desempenham na sociedade em termos de poder e controle social.

Há de levar-se em conta, também, orientações precípuas no exercício profissional de tais grupos: a disciplina e obediência às leis, salientando-se que, no caso específico dos policiais e advogados, o maior contacto, na realidade da vida coti-

diana, com a problemática da criminalidade e seus reflexos em termos de desorganização social, pode ser responsável por uma realidade subjetiva peculiar e, em decorrência, por posturas mais rígidas como a apresentada.

CONCLUSÕES

Julga-se ser válido um registro sobre a peculiaridade deste trabalho: a tentativa de embasar tópico tão importante sobre o comportamento humano, como atitudes, no enfoque teórico da Sociologia do Conhecimento.

Este não é um trabalho final e nem espera-se que seja completo. Serve antes a despertar interesse para esta abordagem que se pensa ser profícua ao estudo de fenômenos psicossociais os mais variados.

Tendo-se em conta a necessidade de delimitar o presente trabalho, sugere-se que novas pesquisas sejam levadas a efeito, dado a importância do tema e as controvérsias que vem despertando, em nosso contexto social, o fenômeno da criminalidade juvenil.

No caso da construção de escalas similares, aconselha-se a utilização dos tópicos evidenciados na análise fatorial, como ponto de partida para elaboração dos itens.

Reconhece-se, aqui, a necessidade da adoção de um critério estatístico mais preciso que o ajuizamento para a seleção

dos itens finais da escala e inclusive uma aplicação piloto.

Um maior número de categorias profissionais pode levar a inferências mais seguras sobre a importância da formação e exercício profissional na atitude.

Constituindo, como já afirmado, uma investigação preliminar, reconhece-se a impossibilidade de generalização dos dados obtidos.

De tudo aqui exposto, ressalta-se que menos que o produto deste trabalho em si, espera-se do mesmo servir como subsídio à pesquisas futuras e contribuir de modo válido para a compreensão da criminalidade de menores em nossa sociedade e o posicionamento dos indivíduos frente ao tema; propiciando novos questionamentos e tentativas de solução, bem como evitando decisões errôneas e ilusórias sobre a questão da impunidade penal.

Além disso, fica expresso o desejo de que as falhas aqui encontradas sejam minimizadas pelo caráter pioneiro, posto não se ter conhecimento de trabalho similar em nosso contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, K, M. de. O menor em debate. Espaço. RJ., 11:133-145, Jul., 1985.
2. ALTOÉ, S.- Os processos disciplinares nos internatos de menores. O menor em debate. Espaço. RJ, 11: 39-51, Jul., 1985.
3. ARRUDA, R.S.V. Pequenos Bandidos. SP, Global, 1983.
4. BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis, Vozes, 1983.
5. BIERRENBACH, M.I.R. de S. Política e planejamento social. São Paulo, Cortez, 1980.
6. CAMPOS, A.V.D. de S. O menor institucionalizado. Petrópolis, Vozes, 1984.
7. CAMPOS, N. Menores infratores. Florianópolis, UFSC, 1979.
8. CARAM, D. A violência na sociedade contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1978.
9. CASTEL, R. A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo. RJ, Graal, 1978.
10. CASTRO, L.R. de. Um enfoque psicológico do problema da delinquência. Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. Rio de Janeiro, 30 (1-2): 162-173, Jan./Jun., 1978.
11. CHENIAUX, S. Trapaceados e trapaceiros. SP. Cortez, 1982.
12. CÓDIGO DE MENORES. São Paulo, Saraiva, 1983.
13. COSTA, R. Descrição dos antecedentes da delinquência juvenil em Porto Alegre. Educação e Realidade. Porto Alegre, 3: 25-34, Jan., 1976.

14. CPI DO MENOR. A realidade brasileira do menor. Brasília, 1976.
15. CUENCA, M.C. et alii. Aproximacion a la delincuencia a través de um cuestionário de opinion. Sociologia y Psicologia Jurídicas. Anuário. Barcelona, 1982, p. 45-91.
16. CUNHA, L.A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. RJ, Francisco Alves, 1977.
17. FERREIRA, J.B. Quanto à agressão: aspectos filogenéticos e ontogenéticos. Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. Rio de Janeiro, 27 (3): 45-59, Jul.Set., 1975.
18. FERREIRA, R.M.F. Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, Comissões de Justiça e Paz/CEDEC, 1980.
19. FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1977.
20. FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR/RJ. Diretrizes e normas para aplicação da política do bem-estar do menor. RJ, (s.d.), Doc. 11 e 12.
21. CEERTZ, C. A interpretação das culturas. São Paulo, Zahar, 1978.
22. GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. RJ, Zahar, 1974.
23. GONÇALVES, Z. de A. Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém. Belém, Salesianos, 1979.
24. GUIRADO, M. Menor: o grande excluído. Psicologia, Ciência e Profissão. Brasília, 1: 35-38, 1984.

25. HACKER, F. Agressividade: a violência no mundo moderno. Lisboa, Amadora, 1973.
26. LORENZ, K. A agressão. Santos, Martins Fontes, 1973.
27. LUCKMANN, T. Pressões e liberdade na transformação da estrutura social. In: GADAMER, H.G. e VOGLER, P. (org.). Antropologia Social. SP, EPU/EDUSP, 1977. p. 124-146.
28. MACEDO, G. de. Diagnóstico da sociedade tecnológica. Maceió, UFA, 1966.
29. MARQUES, J.B. de A. Marginalização: menor e criminalidade. SP, McGraw-Hill, 1976.
30. _____. O problema do menor em São Paulo. SP, Promoção Social, 6: 29-39, Ago., 1976.
31. OLINTO, A. Para onde vai o Brasil? RJ, Arca, 1977.
32. PADILHA, T.M. A violência: Segurança e desenvolvimento. RJ, 19 (140): 107-126, 1970.
33. PARANAGUÁ, M. L. da C. O menor infrator (s.l.), Mercúrio, 1981.
34. PEREIRA, J. Violência: uma análise do "homo brutalis". SP, Alfa/Omega, 1975.
35. QUEIROZ, J.J. et alii. O mundo do menor infrator. SP., Cortez, 1984.
36. RIBEIRO, A.C.T. Trabalho urbano: biscate e biscateiros. Tese de Mestrado. RJ, IUPERJ, 1977.
37. RIOS, A.J. Crime e violência no Brasil. Problemas Brasileiros. SP., 26 (1981): 6 - 17, Nov., 1977.

38. RIZZINI, I. - A internação de crianças em estabelecimentos de menores: alternativa ou incentivo ao abandono? O menor em debate. Espaço. RJ, 11: 17-36, Jul., 1985.
39. RODRIGUES, A. Psicologia Social. Petrópolis, Vozes, 1972.
40. ROSA, F.A. de M. Patologia Social: uma introdução ao estudo da desorganização social. RJ. Zahar, 1966.
41. SCHNEIDER, E. Violência urbana: uma análise psico-histórica-evolucionista. Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. RJ, 34 (3): 133-136, Jul./Set., 1982.
42. SCHNEIDER, L. - Marginalidade e delinquência juvenil. São Paulo, Cortez, 1982.
43. VIOLANTE, M.L.V. - O dilema do decente malandro. SP, Cortez, 1973.

B I B L I O G R A F I A

- 1 - BARROS, J.M.A. Mais uma vez a utilização política-ideológica da delinqüência. Educação e Sociedade. SP, 2(6): 5 - 18, Jun., 1980.
- 2 - BIENEN, H. Violence and social change. Chicago, Adlair Stevenson Institute of Internacional Affairs, 1970.
- 3 - DAHER, S. et alii. O menor infrator. Seminário de Campos de Prática. SP/PUC (31/08 a 03/09/1977), mimeogr.
- 4 - EDWARDS, A.L. Techniques of attitude scale constrution. New York, Appleton Century Crofts, 1957.
- 5 - ERIKSON, E.H. Identidade, juventude e crise. RJ, Zahar, 1976.
- 6 - ERON, L.D. et alii. Does television cause aggression? American Psychologist, Washington, 27 (4): 253-263, 1972.
- 7 - FELDMAN, M.P. Comportamento criminoso: uma análise psicológica. RJ, Zahar, 1979.
- 8 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR/RJ. Estudo do sistema de atendimento ao menor de conduta anti-social. RJ, DENTEC, 1979, mimeogr.
- 9 - _____. A experiência da FUNABEM na reeducação do menor de conduta anti-social. RJ, 1974.
- 10 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR/SP. O menor e a atuação da FEBEM/SP: diagnóstico para novos rumos. SP, 1976.

- 11 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. O menor problema social no Brasil e a ação da FUNABEM. RJ, 1975.
- 12 - GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. SP, Perspectiva, 1974.
- 13 - _____. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1983.
- 14 - GOLDBERG, J.P. Aspectos psicológicos e sociais da violência urbana, Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. RJ, 34 (3): 137-138, Jul./Set., 1982.
- 15 - HOLLAENDER, V.P. Reintegração psico-social do delinquente juvenil: estudo de caso na grande São Paulo. Tese de Mestrado. SP, PUC, 1978.
- 16 - MIGUEL, G.B. Testes psicométricos e projetivos: esquemas para construção, análise e avaliação. SP, Loyola, 1968.
- 17 - MOREIRA, M.S. A violência dos grandes centros urbanos. Jornal Brasileiro de Psiquiatria. RJ, 31(3): 179-184, Jul./Set., 1982.
- 18 - NASCIMENTO, A de F. et alii. Uma nota prévia sobre a violência em Ribeirão Preto na década de 1970. Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. RJ, 34 (3): 157-162, Jul./Set., 1982.
- 19 - NICK, E. e KELLNER, S.R.D. Fundamentos de estatística para as ciências do comportamento. RJ, Renes, 1971.
- 20 - PACHECO, H. Inchaço urbana, violência, lazer. Intercâmbio RJ, 2 (6): 11 - 20, Abr./Jun., 1981.
- 21 - PEINADO, A.J. Estudio experimental de la violencia en el niño y en el adolescent. Revista de Psicologia General y

Aplicada, 31 (141-142): 797-814, Jul./Oct., 1976.

- 22 - PEREIRA, L. (org.) Populações marginais. SP, Duas Cidades, 1978.
- 23 - PERLMAN, J.E. O mito da marginalidade. RJ, Paz e Terra, 1977.
- 24 - RAMALHO, J.R. O mundo do crime: a ordem pelo avesso. RJ, Graal, 1979.
- 25 - SCHNEIDER, E. Psicologia e violência urbana. Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. RJ, 34 (3): 163-175, Jul./Set., 1982.
- 26 - STORR, A. A agressão humana. RJ, Zahar, 1970.
- 27 - TOCH, H. A psicologia social da violência. In: A dinâmica da agressão: análise de indivíduos, grupos e nações. SP, EPU/EDUSP, 1976, p. 189-199.

A N E X O S

ANEXO 1

PERFIL DA AMOSTRA

1. PROFISSÃO/SEXO

PROFISSÃO	HO MENS	MULHE RES	TOTAL
Psicólogos	10	10	20
Advogados	10	10	20
Professores	10	10	20
Militares	10	10	20
Policiais	10	10	20
Estudantes	10	10	20
TOTAL	60	60	120

2. ESCOLARIDADE/PROFISSÃO

NÍVEL ESCOLAR.	PROFISÃO	Tp	Tg
Secundário	Professores	20	
	Policiais	20	60
	Estudantes	20	
Univer- sitário	Psicólogos	20	
	Advogados	20	60
	Miliares	20	

3. ESCOLARIDADE / SEXO

NÍVEL ESCOLARIDADE	HO MENS	MULHE RES	TOTAL
Secundário	30	30	60
Superior	30	30	60
TOTAL	60	60	120

4. IDADE. / SEXO

IDADE	HO MENS	MULHE RES
18	1	1
19	1	1
20	1	6
21	1	4
22	1	3
23	3	1
24	2	5
25	5	6
26	3	4
27	7	5
28	6	6
29	1	1
30	3	1
31	2	0
32	0	1
33	1	0
34	0	1
35	1	1
36	1	0
37	1	0
38	2	0
39	3	1
40	3	4
41	2	1
42	2	3
43	0	1
44	1	1
45	1	1
47	2	0
49	1	0
54	1	0
55	0	1
58	1	0

TOTAL	60	60
$\bar{X}_H = 32.0333$	$S_H = 9.0046$	
$\bar{X}_M = 28.6667$	$S_M = 8.3172$	
$\bar{X}_T = 30.350$	$S_T = 8.795$	

ANEXO 2

CONSTRUÇÃO DA ESCALA DE ATITUDE

- 2.1 - Forma 1 e Forma 2
- 2.2 - Forma Experimental 1
- 2.3 - Juízo Crítico e Seleção de Ítems
- 2.4 - Forma Experimental 2

ANEXO 2CONSTRUÇÃO DA ESCALA DE ATITUDEETAPAS1 - Levantamento de dimensões

Após a escolha do tema, procurou-se identificar dimensões que poderiam estar envolvidas no fenômeno (atitude frente à impunidade penal do menor infrator), não só através de revisões bibliográficas, como construindo-se um breve questionário de sondagem de opinião, em duas formas: favorável/desfavorável ao menor infrator. O questionário foi aplicado a 50 sujeitos, escolhidos aleatoriamente, sendo 25 em cada uma das formas (Anexo 2.1).

2 - Construção da primeira forma experimental

Com base nas dimensões identificadas, elaborou-se 36 proposições (itens) com conotações favorável/desfavorável em relação à atitude a ser pesquisada. (Anexo 2.2).

As principais dimensões detectadas incluíam: nível sócio-econômico, maturidade psicológica, tipo de delito, influência dos meios de comunicação de massa, idade mental x cronológica, a justiça e a recuperação do menor, o papel das instituições assistencialistas/corretivas.

3 - Submissão a juízo crítico

Para a seleção dos itens mais discriminantes dividiu-se a primeira forma experimental em duas partes, cada uma com 18 itens, submetendo-os à avaliação de dez juízes. Os juízes, professores universitários de Língua Portuguesa, foram instruídos a após a leitura de cada item, valorizá-lo em um contínuo de 1 (significativo de extrema desfavorabilidade a 10 (significativo de extrema favorabilidade). O contínuo possuíia, ainda, um ponto zero, indicador de que o item não era discriminatório em nenhum dos dois sentidos. Cada uma das formas foi aplicada aos juízes em dias diferentes, a fim de evitar que a avaliação de um conjunto de itens influísse no julgamento do outro conjunto.

Como o próprio Likert reconheceu, não é fácil obter oajuizamento, já que os juízes podem contaminar o julgamento com avaliações pessoais relativas ao objeto. A fim de minimizar este efeito, os juízes foram instruídos, a priori, de que não deveriam emitir opinião pessoal sobre os itens e sim prender-se ao conteúdo semântico dos mesmos, em termos de desfavorabilidade/neutralidade/favorabilidade. Ainda por este motivo, optou-se por escolher juízes que fossem especialistas no idioma pátrio. Os resultados do ajuizamento constam do Anexo 2.3.

4 - Seleção dos itens mais discriminantes

Obtidos os julgamentos, procedeu-se ao cálculo de média e desvio-padrão, tendo-se selecionado os itens que apresen-

tassem valores mais extremos, tanto em termos de desfavorabilidade como favorabilidade e que estivessem a um desvio-padrão da média. (Anexo 2.3).

5 - Construção da segunda forma experimental

De posse dos itens selecionados dentro dos critérios estabelecidos, elaborou-se a segunda forma experimental, bem como a folha de rosto e de respostas. (Anexo 2.4).

2.1 - FORMA 1 (DESFAVORÁVEL)

TRABALHO DE PESQUISA

Sexo M F

Este levantamento objetiva colher dados sobre as dimensões para a construção de uma escala de atitudes sobre o menor e a lei.

Sendo um trabalho para fins puramente escolares, deixamos a seu critério assiná-lo ou não.

- 1) Apresente, esquematicamente, argumentos que não apoiem a posição da Justiça ao considerar o menor irresponsável perante a lei.
- 2) Discorra, sucintamente, a respeito das contravenções pelas quais, no seu entender, o menor deve ser julgado como um contraventor adulto.
- 3) Segundo seu parecer, no atual contexto social, o menor deve continuar a ser encarado pela Justiça como irresponsável perante a lei? Porque?

FORMA 2 (FAVORÁVEL)

TRABALHO DE PESQUISA

Sexo ☐ M ☐ F

Este levantamento objetiva colher dados sobre as dimensões para a construção de uma escala de atitudes sobre o menor e a lei.

Sendo um trabalho para fins puramente escolares, deixamos a seu critério assiná-lo ou não.

- 1) Apresente, esquematicamente, argumentos que apoiem a posição da Justiça ao considerar o menor irresponsável perante a lei.
- 2) Discorra, sucintamente, a respeito das contravenções pelas quais, no seu entender, o menor que não deve ser julgado como um contraventor adulto.
- 3) Segundo seu parecer, no atual contexto social, o menor deve continuar a ser encarado pela Justiça como irresponsável perante a lei? Porque?

2.2 - FORMA EXPERIMENTAL

FORMA EXPERIMENTAL 1

- 1 - Os meios de comunicação de massa deveriam receber censura mais rigorosa, pois podem induzir o menor a atos agressivos e criminosos?
- 2 - A irresponsabilidade do menor perante a lei induz à prática criminosa?
- 3 - A idade mental e não a cronológica deveria ser usada como critério ao se julgar menores criminosos?
- 4 - As carências sócio-econômicas não devem ser aceitas como desculpas para se aceitar a criminalidade?
- 5 - Uma avaliação da situação sócio-econômico-cultural do menor deve ser levada em conta em seu julgamento?
- 6 - O menor deve ser julgado por crimes graves como homicídio, assalto a mão armada, tráfico de drogas e estupro?
- 7 - O menor que comete pequenos delitos não deveria ser encaminhado a instituições corretivas?
- 8 - O menor que já participa da força de trabalho, tendo, portanto, papel social definido deve ser condenado por seus delitos?
- 9 - A avaliação psicológica deveria ser um dos critérios usados para incriminar ou não o menor criminoso?

- 10 - O menor criminoso deve ir para uma instituição corretiva a té a maioridade e depois cumprir o resto da pena como criminoso adulto?
- 11 - O menor que comete delitos deve ser amparado pela lei, sem ser retirado de seu ambiente social cotidiano.
- 12 - O menor que infringe a lei deve ser julgado e cumprir pena por qualquer delito?
- 13 - O menor deve ser irresponsabilidade pela justiça, porque não adquiriu capacidade de reflexão frente às leis que ele deveria respeitar?
- 14 - Crimes relacionados com sexo, por envolverem uma prática a dulta, devem levar o menor a ser condenado?
- 15 - Menores provenientes de camadas sociais marginalizadas são muitas vezes levados a pequenos delitos (roubo, furto etc) como único modo de sobrevivência?
- 16 - O menor criminoso deve ser recolhido a uma instituição cor retiva, por não estar habilitado para o convívio social nor mal.
- 17 - O menor não atingiu maturidade plena que o capacite a analisar seus atos deve, pois, ser considerado irresponsável perante à lei?
- 18 - O menor criminoso deve ir para uma instituição corretiva a té a maioridade e depois cumprir o resto da pena como criminoso adulto?

- 19 - A Justiça, pela liberdade conferida aos meios de comunicação de massa, é uma das responsáveis pela propagação da criminalidade de menores.
- 20 - É falha a assistência preventiva aos menores delinquentes a fim de minimizar a ocorrência de delitos graves.
- 21 - É errônea a Justiça que apoia-se unicamente em critérios de idade cronológica do infrator.
- 22 - O menor pode ser usado como força produtora da sociedade e no entanto não recebe da Justiça assistência preventiva que impeça a sua criminalidade.
- 23 - A situação sócio-econômico-cultural do infrator não é avaliada, pela lei em seus julgamentos.
- 24 - A lei, ao declarar o menor irresponsável por qualquer delito, visa ampará-lo e dar-lhe oportunidade de recuperação.
- 25 - As instituições corretivas para menores contraventores procuram realizar um trabalho eficaz de ressocialização, para integrá-los à sociedade, após a maioridade.
- 26 - Aceitando as carências sócio-econômico culturais como desculpa para a impunidade do menor, a lei cumpre seu papel frente à sociedade por protegê-lo.
- 27 - A Justiça erra em não basear seus critérios de irresponsabilidade do menor criminoso numa rigorosa avaliação de suas condições psicológicas.

- 28 - A Justiça realiza um trabalho de ressocialização eficaz ao retirar o menor contraventor do seu contexto social inadequado, para colocá-lo em instituições corretivas.
- 29 - A lei é certa em não usar os mesmos critérios para pequenos e grandes delitos cometidos por menores.
- 30 - A lei é falha em sua função de assegurar o bem-estar e segurança dos cidadãos, quando considera o menor irresponsável por qualquer delito.
- 31 - A Justiça irresponsabiliza o menor porque este ainda não atingiu maturidade plena.
- 32 - A Justiça prejudica a formação de nossa juventude por não exercer, através de uma censura adequada, controle sobre os meios de comunicação de massa.
- 33 - A Justiça adota uma posição acertada em não condenar o menor criminoso, pois ele é incapaz de uma reflexão madura frente às leis.
- 34 - A Justiça é falha em propiciar adequados meios de recuperação aos jovens criminosos.
- 35 - A incapacidade dos jovens em bem interpretar as normas sociais vigentes é argumento suficiente para tornar coerente a posição da Justiça em relação ao menor contraventor.
- 36 - A falta de assistência preventiva (educacional, social, psicológica etc) a jovens de classes sociais marginalizadas pode levá-los à criminalidade.

2.3 - JUIZO CRÍTICO E SELEÇÃO DE ITENS1a. PARTE

ITENS	VALORES										\bar{X}	G
1	8	8	8	9	9	9	9	9	10	10	8.9	0.73
2	4	4	4	4	4	4	5	5	5	5	4.4	0.48
3	8	9	9	9	10	10	10	10	10	10	9.5	0.70
4	3	4	4	4	4	4	5	5	5	5	4.3	0.64
5	8	8	9	9	9	9	10	10	10	10	9.2	0.74
6	2	2	2	2	2	3	3	4	4	4	2.8	0.87
7	8	8	9	9	9	9	9	10	10	10	9.1	0.73
8	2	2	3	3	3	3	4	4	4	4	3.2	0.74
9	8	8	9	9	9	9	9	10	10	10	9.1	0.70
10	3	3	3	4	4	4	4	4	4	5	3.8	0.60
11	8	8	9	9	9	9	9	10	10	10	9.1	0.70
12	4	4	4	4	4	4	4	5	5	5	4.3	0.45
13	9	9	9	9	9	9	10	10	10	10	9.4	0.51
14	4	4	4	4	4	4	5	5	5	5	4.4	0.48
15	8	8	8	8	9	9	9	9	9	10	8.7	0.67
16	2	2	3	3	3	3	4	4	4	4	3.2	0.74
17	8	8	8	8	8	8	9	9	9	9	8.4	0.48
18	3	3	3	4	4	4	4	4	4	5	3.8	0.60

 $\bar{X}+ = 9.04$ $G+ = 0.32$ Intervalo aceitação > 8.72 $\bar{X}- = 3.80$ $G- = 0.57$ < 3.23 Proposições aceitas: 1,3,5,6,7,9,11,13,15 e 17
(itens)

2a. PARTE

ITENS	VALORES										\bar{X}	σ
19	3	4	4	4	4	4	4	5	5	5	4.2	0.61
20	3	4	4	4	4	4	4	5	5	5	4.2	0.61
21	3	4	4	4	4	4	4	5	5	5	4.2	0.61
22	2	2	2	2	2	3	3	3	4	4	2.7	0.78
23	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	3.1	0.50
24	8	9	9	9	9	10	10	10	10	10	9.4	0.66
25	8	9	9	9	9	10	10	10	10	10	9.4	0.66
26	6	6	6	6	6	6	7	7	7	8	6.5	0.67
27	9	9	9	9	10	10	10	10	10	10	9.6	0.48
28	7	7	8	8	8	8	8	9	9	9	8.1	0.70
29	7	7	7	7	8	8	8	8	9	9	6.8	0.74
30	2	2	2	2	2	3	3	3	4	4	2.7	0.78
31	7	7	7	7	8	8	8	8	9	9	6.8	0.74
32	2	2	3	3	3	3	3	4	4	4	3.1	0.70
33	7	8	8	9	9	9	9	10	10	10	8.9	0.94
34	6	6	6	6	6	6	7	7	7	8	6.5	0.67
35	2	2	3	3	3	3	3	4	4	4	3.1	0.48
36	2	2	2	2	2	3	3	3	4	4	2.7	0.78

 $\bar{X}_+ = 8.01$ $\sigma_+ = 0.67$ Intervalo aceitação ≥ 7.34 ≤ 2.74 $\bar{X}_- = 3.37$ $\sigma_- = 0.67$

Pronosições aceitas: 22,24,25,26,28,31 e 34
(itens)

2.4 - FORMA EXPERIMENTAL 2

Prezado Colaborador,

Solicito sua contribuição no sentido de opinar sobre as proposições formuladas que se seguem, utilizando a folha de respostas em anexo.

As informações obtidas serão utilizadas, exclusivamente para fins escolares, como parte de um estudo do Mestrado em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas, que objetiva elaborar uma escala de atitude a respeito da impunidade do menor contraventor.

Desde já, agradeço o tempo, o cuidado e a atenção que o Sr(a) irá dispensar a este trabalho.

MIRIAN DE SOUZA RIBEIRO

P E R G U N T A S

- 1 - Uma avaliação da situação sócio-econômico-cultural do menor criminoso deveria ser levada em conta em seu julgamento.
- 2 - A lei é falha em sua função de assegurar o bem estar e segurança dos cidadãos, quando considera o menor irresponsável por qualquer delito.
- 3 - A Justiça adota uma posição acertada em não condenar o menor criminoso, pois ele é incapaz de uma reflexão madura frente às leis.
- 4 - O menor deve ser julgado e condenado por crimes graves como homicídio, assalto a mão armada, tráfico de drogas e estupro.
- 5 - A Justiça realiza um trabalho de ressocialização eficaz ao retirar o menor contraventor de seu contexto social inadequado, para colocá-lo em instituições corretivas.
- 6 - O menor pode ser usado como força produtora na sociedade e, no entanto, não recebe da Justiça uma assistência preventiva que impeça sua criminalidade.
- 7 - A idade mental e não a cronológica deveria ser usada como critério para julgar menores criminosos.
- 8 - A lei ao declarar o menor irresponsável por qualquer delito visa ampará-lo e dar-lhe oportunidade de recuperação.
- 9 - Menores provenientes de camadas sociais marginalizadas são, muitas vezes, levados a pequenos delitos (roubo, furto, etc) como meio de sobrevivência.

- 10 - A avaliação psicológica deveria ser um dos critérios usados para incriminar, ou não, o menor criminoso.
- 11 - O menor deve ser irresponsabilizado pela Justiça, porque não adquiriu capacidade de reflexão frente às leis que ele deveria respeitar.
- 12 - O menor que comete delitos deve ser amparado pela lei, sem ser retirado do seu ambiente social cotidiano.
- 13 - A Justiça erra em não basear seus critérios de irresponsabilidade do menor criminoso numa rigorosa avaliação de suas condições psicológicas.
- 14 - O menor não atingiu maturidade plena que o capacite a analisar seus atos. Deve, pois, ser considerado irresponsável perante a lei.
- 15 - A falta de assistência preventiva (educacional, social, psicológica, etc) a jovens de classes sociais marginalizadas pode levá-los à criminalidade.
- 16 - O menor que comete pequenos delitos não deveria ser encaminhado a instituições corretivas.
- 17 - As instituições corretivas para menores contraventores procuram realizar um trabalho eficaz de ressocialização, para integrá-los à sociedade, após a maioridade.
- 18 - Os meios de comunicação de massa deveriam receber censura mais rigorosa, pois podem induzir o menor a atos agressivos e criminosos.

FOLHA DE RESPOSTA

SEXO: _____ IDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____ GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

Marque sua resposta com um "X" ao lado de cada número e abaixo de uma única letra correspondente, obedecendo ao código abaixo:

- (A) CONCORDO PLENAMENTE (D) DISCORDO
(B) CONCORDO (E) DISCORDO TOTALMENTE
(C) INDECISO

RESPONDA A TODOS OS ÍTENS

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					

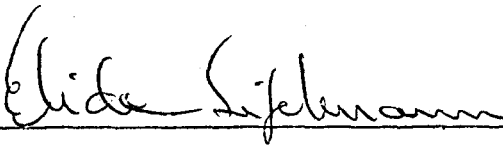
ANEXO 3

ANÁLISE DE ITENS E FIDEDIGNIDADE

ESTATÍSTICAS DA ESCALA	MÉDIA	VARIÂNCIA	DESVIO PADRÃO	VARIÁVEIS		
	53.13333	152.88964	12.36484	18		
Média item	Média 2.95185	Mínimo 2.51667	Máximo 3.80000	Amplitude 1.28333	Max/Min 1.50993	Variância 0.19583
Variância item	Média 1.84477	Mínimo 1.14258	Máximo 2.45035	Amplitude 1.30777	Max/Min 2.14458	Variância 0.09160
Covariância Inter. item	Média 0.39112	Mínimo -0.85798	Máximo 1.44020	Amplitude 2.29818	Max/Min -1.67858	Variância 0.14101
Correlação inter. item	Média 0.21727	Mínimo -0.39820	Máximo 0.64521	Amplitude 1.04341	Max/Min -1.62032	Variância 0.03947

A dissertação "Atitude frente à impunidade penal
do menor infrator: um estudo comparativo"
foi considerada aprovada.

Rio de Janeiro, 18 de Junho de 1986.



Professor Orientador



Membro da Comissão Examinadora



Membro da Comissão Examinadora